



3° Simulado Especial

Área Fiscal

Auditor Fiscal

Pré-Edital

Simulado

3º Simulado Especial para Área Fiscal (Auditor Fiscal)

Nome: _____

INFORMAÇÕES SOBRE O SIMULADO

- 1 - Este simulado conta com questões focadas no concurso para Auditor Fiscal de Áreas Fiscais;
- 2 - A prova contém itens que abordam conhecimentos cobrados no edital do concurso;
- 3 - O candidato deverá fazer a opção de Legislação Tributária (Legislação Federal, Estadual ou Municipal) para submeter-se à avaliação na prova objetiva;
- 4 - As questões são inéditas e foram elaboradas pelos nossos professores com base no perfil da banca organizadora;
- 5 - Os participantes têm das 8:00h às 13:30h para responder às questões e preencher o Gabarito Eletrônico;
- 6 - O link para preencher o formulário com seu gabarito está localizado logo após estas instruções;

PREENCHA SEU GABARITO

Clique no link, ou copie e cole no seu navegador, para preencher seu gabarito.

<https://forms.gle/3WzLXx9ZizNYeuKD7>

- | | | | | |
|----------------------|----------------------|----------------------|----------------------|-----------------------|
| 01 - (A)(B)(C)(D)(E) | 21 - (A)(B)(C)(D)(E) | 41 - (A)(B)(C)(D)(E) | 61 - (A)(B)(C)(D)(E) | 81 - (A)(B)(C)(D)(E) |
| 02 - (A)(B)(C)(D)(E) | 22 - (A)(B)(C)(D)(E) | 42 - (A)(B)(C)(D)(E) | 62 - (A)(B)(C)(D)(E) | 82 - (A)(B)(C)(D)(E) |
| 03 - (A)(B)(C)(D)(E) | 23 - (A)(B)(C)(D)(E) | 43 - (A)(B)(C)(D)(E) | 63 - (A)(B)(C)(D)(E) | 83 - (A)(B)(C)(D)(E) |
| 04 - (A)(B)(C)(D)(E) | 24 - (A)(B)(C)(D)(E) | 44 - (A)(B)(C)(D)(E) | 64 - (A)(B)(C)(D)(E) | 84 - (A)(B)(C)(D)(E) |
| 05 - (A)(B)(C)(D)(E) | 25 - (A)(B)(C)(D)(E) | 45 - (A)(B)(C)(D)(E) | 65 - (A)(B)(C)(D)(E) | 85 - (A)(B)(C)(D)(E) |
| 06 - (A)(B)(C)(D)(E) | 26 - (A)(B)(C)(D)(E) | 46 - (A)(B)(C)(D)(E) | 66 - (A)(B)(C)(D)(E) | 86 - (A)(B)(C)(D)(E) |
| 07 - (A)(B)(C)(D)(E) | 27 - (A)(B)(C)(D)(E) | 47 - (A)(B)(C)(D)(E) | 67 - (A)(B)(C)(D)(E) | 87 - (A)(B)(C)(D)(E) |
| 08 - (A)(B)(C)(D)(E) | 28 - (A)(B)(C)(D)(E) | 48 - (A)(B)(C)(D)(E) | 68 - (A)(B)(C)(D)(E) | 88 - (A)(B)(C)(D)(E) |
| 09 - (A)(B)(C)(D)(E) | 29 - (A)(B)(C)(D)(E) | 49 - (A)(B)(C)(D)(E) | 69 - (A)(B)(C)(D)(E) | 89 - (A)(B)(C)(D)(E) |
| 10 - (A)(B)(C)(D)(E) | 30 - (A)(B)(C)(D)(E) | 50 - (A)(B)(C)(D)(E) | 70 - (A)(B)(C)(D)(E) | 90 - (A)(B)(C)(D)(E) |
| 11 - (A)(B)(C)(D)(E) | 31 - (A)(B)(C)(D)(E) | 51 - (A)(B)(C)(D)(E) | 71 - (A)(B)(C)(D)(E) | 91 - (A)(B)(C)(D)(E) |
| 12 - (A)(B)(C)(D)(E) | 32 - (A)(B)(C)(D)(E) | 52 - (A)(B)(C)(D)(E) | 72 - (A)(B)(C)(D)(E) | 92 - (A)(B)(C)(D)(E) |
| 13 - (A)(B)(C)(D)(E) | 33 - (A)(B)(C)(D)(E) | 53 - (A)(B)(C)(D)(E) | 73 - (A)(B)(C)(D)(E) | 93 - (A)(B)(C)(D)(E) |
| 14 - (A)(B)(C)(D)(E) | 34 - (A)(B)(C)(D)(E) | 54 - (A)(B)(C)(D)(E) | 74 - (A)(B)(C)(D)(E) | 94 - (A)(B)(C)(D)(E) |
| 15 - (A)(B)(C)(D)(E) | 35 - (A)(B)(C)(D)(E) | 55 - (A)(B)(C)(D)(E) | 75 - (A)(B)(C)(D)(E) | 95 - (A)(B)(C)(D)(E) |
| 16 - (A)(B)(C)(D)(E) | 36 - (A)(B)(C)(D)(E) | 56 - (A)(B)(C)(D)(E) | 76 - (A)(B)(C)(D)(E) | 96 - (A)(B)(C)(D)(E) |
| 17 - (A)(B)(C)(D)(E) | 37 - (A)(B)(C)(D)(E) | 57 - (A)(B)(C)(D)(E) | 77 - (A)(B)(C)(D)(E) | 97 - (A)(B)(C)(D)(E) |
| 18 - (A)(B)(C)(D)(E) | 38 - (A)(B)(C)(D)(E) | 58 - (A)(B)(C)(D)(E) | 78 - (A)(B)(C)(D)(E) | 98 - (A)(B)(C)(D)(E) |
| 19 - (A)(B)(C)(D)(E) | 39 - (A)(B)(C)(D)(E) | 59 - (A)(B)(C)(D)(E) | 79 - (A)(B)(C)(D)(E) | 99 - (A)(B)(C)(D)(E) |
| 20 - (A)(B)(C)(D)(E) | 40 - (A)(B)(C)(D)(E) | 60 - (A)(B)(C)(D)(E) | 80 - (A)(B)(C)(D)(E) | 100 - (A)(B)(C)(D)(E) |

SIMULADO NO SISTEMA DE QUESTÕES

Clique no link, ou copie e cole no seu navegador, para fazer este simulado também no SQ!

Federal: <https://coruja.page.link/qbgJ>

Estadual: <https://coruja.page.link/FPki>

Municipal: <https://coruja.page.link/iFW9>

**CONHECIMENTOS COMUNS A TODOS
CARGOS****LÍNGUA PORTUGUESA***Felipe Luccas***Por que o Brasil não é uma potência?**

Nove décimos da História foram feitos de muitos sofrimentos para a maioria da humanidade. Desnutrição, inanição, morte precoce pela fragilidade alimentar, pela intervenção de fatores naturais ou daqueles criados pelas mãos dos homens. Invasões, guerras, dominação, escravidão, quando não matanças e apropriação das riquezas de outras tribos. Durante milhares de anos, a escravidão foi um fato corriqueiro na vida dos povos, seja como escravocratas, seja como objetos da servidão forçada, pela dominação, pelas dívidas, pela submissão sob qualquer pretexto.

Sobrevieram melhorias na agricultura, a revolução tecnológica mais importante na trajetória das sociedades humanas, antes da segunda, milhares de anos depois: a Revolução Industrial, no século 18. O crescimento agrícola e a domesticação de espécies vegetais e animais representaram a superação da insegurança alimentar, que sempre pairou sobre todos.

Historiadores retraçaram o destino das sociedades humanas e a transmissão das novas técnicas e variedades vegetais e animais ao longo do espaço euroasiático do hemisfério setentrional, liberto das barreiras que se interporiam a essa disseminação no eixo Norte-Sul, na faixa tropical, como, por exemplo, clima quente e úmido, menor acesso a mares e rios, diversidade de terrenos, isolamento e menor intercâmbio cultural. Tais barreiras estão na origem das divergências entre o norte temperado e as latitudes tropicais, uma das razões do lento desenvolvimento, ou da preservação do atraso, no hemisfério meridional (exceto Austrália e Nova Zelândia, situadas na zona temperada, e que se beneficiaram da colonização britânica).

Dez mil de anos se passaram entre a primeira, a agrícola, e a segunda revolução econômica da espécie humana, a industrial. A do século 18, na Europa ocidental, foi a primeira de um ciclo cada vez mais rápido de mudanças nos padrões industriais, criando a grande divergência entre as nações mais ricas e as outras, que permaneceram pobres. No intervalo, a humanidade conheceu progressos econômicos muito lentos, com

avanços tecnológicos sendo neutralizados pela armadilha malthusiana, a geométrica expansão das populações exercendo uma pressão constante sobre o aumento aritmético da oferta alimentar.

<https://oantagonista.com.br/economia/crusoe-por-que-o-brasil-ainda-nao-e-um-pais-desenvolvido/>

01. De acordo com as informações veiculadas no texto, é incorreto afirmar que:

- a) A maior parte da história humana tem sido marcada por sofrimento generalizado. Ao longo de milênios, a humanidade enfrentou desnutrição, fome e mortes prematuras devido à escassez alimentar e a fatores naturais e provocados pelo homem. Guerras, invasões e a escravidão foram realidades frequentes, onde povos foram dominados, explorados e suas riquezas apropriadas por outros. A escravidão persistiu por milênios, seja como escravizador ou como vítima da servidão forçada, perpetuada por dominação, dívidas ou submissão.
- b) A agricultura trouxe melhorias significativas, permitindo à humanidade superar a insegurança alimentar. A Revolução Industrial do século 18 marcou um ponto crucial na história, impulsionando um avanço tecnológico sem precedentes que transformou as sociedades europeias ocidentais. Essa revolução não apenas acelerou o crescimento econômico, mas também exacerbou as disparidades globais, criando uma grande divergência entre as nações industrializadas e as menos desenvolvidas.
- c) Historiadores têm estudado a disseminação de técnicas agrícolas e espécies ao longo do hemisfério norte, onde as barreiras geográficas foram menos restritivas, em comparação com as latitudes tropicais. Essas diferenças geográficas contribuíram para o desenvolvimento desigual entre as regiões temperadas do norte e as tropicais do sul, perpetuando um padrão de desenvolvimento mais lento no hemisfério meridional.
- d) Durante os dez mil anos entre a Revolução Agrícola inicial e a Revolução Industrial, o progresso econômico global foi vagaroso. Avanços tecnológicos foram frequentemente neutralizados pela pressão demográfica crescente, conhecida como armadilha malthusiana, na qual o aumento populacional superava o crescimento da oferta de alimentos.

e) A história da humanidade é uma narrativa complexa de lutas, avanços e desigualdades. Enquanto progressos significativos foram alcançados em certos períodos e regiões, a maioria da história foi marcada por condições severas e injustiças, refletindo os desafios persistentes enfrentados pela humanidade ao longo dos tempos. Porém, as revoluções tecnológicas asseguraram um elevado padrão de vida para as nações em geral, que foram gradativamente alcançando patamares de prosperidade.

02. Inferir-se do texto que o hemisfério sul do mundo se desenvolveu comparativamente menos em razão de, entre outros fatores:

- a) um atraso na domesticação dos animais necessários à cultura agrícola e pecuária.
- b) barreiras geográficas e climáticas que limitaram os benefícios das revoluções tecnológicas.
- c) não ter havido colonização europeia, que levou tecnologia aos países atrasados.
- d) não ter conseguido superar a desnutrição, inanição, morte precoce por fragilidade alimentar.
- e) a escravidão ter sido fato corriqueiro na vida dos povos, seja como escravocratas, seja como objetos da servidão forçada.

03. A menção à Austrália e à Nova Zelândia tem a função discursiva de

- a) provar que a posição geográfica do país não importa para seu desenvolvimento.
- b) refutar a tese de que o hemisfério sul não teve seu desenvolvimento atrasado.
- c) apresentar uma exceção que corrobora a regra geral contida na tese do texto.
- d) defender que todos os países se beneficiaram de uma colonização europeia.
- e) sustentar que a Oceania tinha condições geográficas mais favoráveis.

04. Considerando sua organização e tipologia, o texto é predominantemente

- a) expositivo;
- b) injuntivo;
- c) narrativo;
- d) argumentativo;
- e) injuntivo.

05. Assinale a sentença que não contém ambiguidade:

- a) Os historiadores retraçaram o destino das sociedades humanas e técnicas.
- b) A domesticação de espécies vegetais e animais e a insegurança alimentar que sempre pairou sobre todos foi superada.
- c) Dez mil anos se passaram entre a primeira, a agrícola, e a segunda revolução econômica, criando a grande divergência.
- d) Um fator que atrasou o desenvolvimento foi a não colonização pela Inglaterra, como ocorreu na Austrália.
- e) O lento desenvolvimento no hemisfério meridional ocorreu devido às barreiras que se interporiam.

06. Assinale a alternativa que está de acordo com a norma-padrão.

- a) Houveram muitos sofrimentos para a maioria da humanidade ao longo da História.
- b) Nove décimos da história foram marcado por muitos sofrimentos.
- c) É necessário que se promovam melhorias na agricultura para superar a insegurança alimentar.
- d) Um por cento da população mundial sofrem de desnutrição e inanição.
- e) Acredita-se que durante milhares de anos foram comum a escravidão e a dominação.

07. Está de acordo com a norma culta a regência observada em:

- a) A economia do país aspira novos investimentos.
- b) Na TV, assistiram a conferência sobre desenvolvimento sustentável.
- c) Chegamos no nível de desenvolvimento esperado.
- d) Prefiro políticas econômicas sustentáveis do que expansivas.
- e) Os líderes visaram ao crescimento econômico.

08. Sobrevieram melhorias na agricultura, a revolução tecnológica mais importante na trajetória das sociedades humanas, antes da segunda, milhares de anos depois: a Revolução Industrial, no século 18. O crescimento agrícola e a domesticação de espécies vegetais e animais representaram a superação da insegurança alimentar, que sempre pairou sobre todos.

Historiadores retraçaram o destino das sociedades humanas e a transmissão das novas técnicas e variedades vegetais e animais ao longo do espaço euroasiático do hemisfério setentrional...

Os termos sublinhados no segmento acima exercem a mesma função sintática, exceto:

- a) melhorias na agricultura
- b) O crescimento agrícola e a domesticação de espécies vegetais e animais
- c) a superação da insegurança alimentar
- d) que
- e) Historiadores

09. Observe o segmento abaixo:

as barreiras geográficas e a influência histórica da colonização são apontadas como razões fundamentais para o desenvolvimento menos acentuado das regiões tropicais do hemisfério sul

Transpondo-se para a voz ativa, a forma verbal correspondente seria:

- a) apontam
- b) apontaram
- c) aponta-se
- d) apontam-se
- e) apontaram-se

10. *No intervalo entre as duas revoluções tecnológicas, a humanidade conheceu progressos econômicos muito lentos, **conquanto** tivesse havido grande salto de produtividade.*

No segmento acima, o conectivo destacado não poderia ser substituído adequadamente por:

- a) embora;
- b) posto que;
- c) mesmo que;
- d) não obstante;
- e) na medida em que.

MATEMÁTICA FINANCEIRA E RACIOCÍNIO LÓGICO

Carlos Henrique

11. Com o objetivo de analisar o consumo de água de certa cidade, a companhia de água e esgotos solicitou a sua equipe de engenheiros um estudo sobre a vazão de água nessa cidade. O estudo mostrou que a vazão $V(t)$, em m^3/h , na hora t , é expressa pela função:

$$V(t) = 1000 \left[4 + 2 \sin^2 \left(\frac{\pi}{12} t \right) \right], \text{ onde } 0 \leq t \leq 24$$

A soma das vazões mínima e máxima é igual a:

- a) 10.000 m^3/h
- b) 8.000 m^3/h
- c) 7.500 m^3/h
- d) 6.000 m^3/h
- e) 5.000 m^3/h

12. Seis moças, dentre as quais está Eva, estão aguardando em uma fila para serem atendidas pelo caixa de uma loja.

Nesta fila, Carla está à frente de Dani, que se encontra imediatamente atrás de Bia. Fátima não é o primeiro da fila, mas está mais próximo do primeiro lugar do que do último. Sabendo que Ana será atendida antes do que Carla e que Carla não é a quarta da fila, pode-se concluir que a pessoa que ocupa a quarta posição da fila

- a) certamente é Bia.
- b) certamente é Dani.
- c) certamente é Eva.
- d) pode ser Bia ou Dani.
- e) pode ser Bia ou Eva.

13. Em uma pesquisa de mercado para o lançamento de uma nova marca de carros, oitenta pessoas foram entrevistadas e deviam responder se gostavam dos carros das marcas A e B. Quarenta pessoas responderam que gostavam dos carros da marca A e sessenta pessoas responderam que gostavam dos carros da marca B.

Sobre as oitenta pessoas entrevistadas, é correto concluir que

- a) no máximo vinte não gostam dos carros da marca A nem da marca B.
- b) no mínimo dez não gostam dos carros da marca A nem da marca B.
- c) no máximo dez gostam das duas marcas.
- d) no mínimo trinta gostam das duas marcas
- e) no máximo vinte gostam das duas marcas.

14. Para executar a tarefa de confecção de 111 vestidos, três costureiras dividiram o total de vestidos entre si, na razão inversa de suas respectivas idades: 24, 30 e 36 anos. Assim sendo, a costureira de 30 anos fez

- a) 2 vestidos a mais do que o de 24 anos.
- b) 4 vestidos a menos do que o de 36 anos.
- c) 4 vestidos a menos do que o de 24 anos.
- d) 6 vestidos a menos do que o de 36 anos.
- e) 9 vestidos a menos do que o de 24 anos.

15. A probabilidade de Joana ir fazer a prova do CNU é de 0,6 e a probabilidade de Manuel ir fazer a prova do CNU é de 0,5. A probabilidade condicional de Joana ir fazer a prova do CNU dado que Manuel fará a prova do CNU é de 0,7. Assim a probabilidade de que Joana vá fazer a prova do CNU OU Manuel vá fazer a prova do CNU é de:

- a) 55%
- b) 64%
- c) 69%
- d) 72%
- e) 75%

16. A pedagoga de um colégio quis saber a preferência de seus alunos sobre três disciplinas: Matemática, Língua Portuguesa e Filosofia. Para isso, elaborou uma ficha em que cada aluno marcaria com um X quais disciplinas eram de sua preferência, podendo marcar quantas disciplinas quisesse. O resultado foi o seguinte: 27 alunos marcaram as três disciplinas, 50 marcaram as disciplinas Matemática e Língua Portuguesa, 48 marcaram Língua Portuguesa e Filosofia, 52 marcaram Matemática e Filosofia, 80 marcaram Filosofia, 78 marcaram Matemática e 82 marcaram Língua Portuguesa. Se todos os alunos marcaram pelo menos uma disciplina e preencheram somente uma ficha cada, então o total de alunos consultados foi:

- a) 417
- b) 390
- c) 117
- d) 286
- e) 142

17. Um capital foi aplicado a juros simples, à taxa anual de 36%. Para que seja possível resgatar-se o quádruplo da quantia aplicada, esse capital deverá ficar aplicado por um período mínimo de:

- a) 7 anos, 6 meses e 8 dias.
- b) 8 anos e 4 meses.
- c) 8 anos, 10 meses e 3 dias.
- d) 11 anos e 8 meses.
- e) 11 anos, 1 mês e 10 dias.

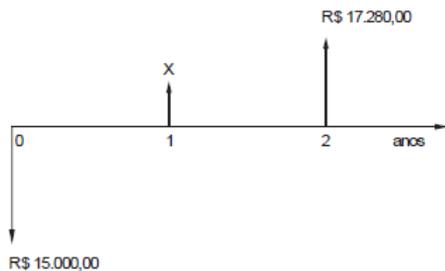
18. O preço à vista de um apartamento é R\$ 210.000,00. Jorge fez uma proposta ao proprietário para adquirir esse imóvel pagando o em três parcelas iguais, a primeira à vista, a segunda após 1 ano e a terceira depois de 2 anos. O proprietário aceitou a proposta, desde que fossem cobrados juros compostos de 100% ao ano sobre o saldo devedor após o pagamento de cada parcela. Nas condições impostas pelo proprietário, o valor de cada uma das três parcelas a serem pagas por Jorge, em reais, deverá ser igual a

- a) 120.000,00
- b) 90.000,00
- c) 100.000,00
- d) 70.000,00
- e) 130.000,00

19. Maria adquiriu uma moto a ser paga pelo Sistema Price de Amortização. Ao final do 12º mês ele ainda deve R\$ 14.696,13. Sabendo-se que a taxa de juros do empréstimo é de 2% ao mês e que a prestação tem o valor de R\$ 777,00, o saldo devedor, após o pagamento da próxima prestação, será de:

- a) R\$ 14.000,00.
- b) R\$ 14.147,53.
- c) R\$ 14.198,84.
- d) R\$ 14.213,05.
- e) R\$ 14.322,01.

20. Considere o fluxo de caixa abaixo, que se refere a um projeto cujo desembolso inicial foi de R\$ 15.000,00.



A uma taxa de atratividade de 20% ao ano, o índice de lucratividade do projeto tem valor de 1,6. Nessas condições, o valor de X é

- a) R\$ 14.600,00
- b) R\$ 15.000,00
- c) R\$ 14.800,00
- d) R\$ 14.400,00
- e) R\$ 14.200,00

- a) Coleta mínima de dados.
- b) Identificação da origem dos dados.
- c) Obtenção dos dados
- d) Tratamento dos dados
- e) Obtenção dos dados.

22. Analise as alternativas a seguir e marque a correta

- a) A ingestão de dados funciona apenas para a dados em lote
- b) A ingestão de dados funciona apenas para a dados em streaming
- c) A ingestão de dados em lote é útil quando os dados são sensíveis ao tempo
- d) A ingestão de dados em streaming deve ser adotada em intervalos agendados e de forma recorrente.
- e) A ingestão de dados pode absorver dados de diversas fontes e transferi-los para uma base onde podem ser depositados e analisados.

23. Analise as alternativas abaixo sobre Deduplicação e marque a alternativa correta sobre essa técnica.

- a) Utiliza a mesma técnica da compactação de dados
- b) Deve ser utilizada para otimizar o armazenamento de dados ou uma transmissão.
- c) É uma técnica disponível apenas para pequenos volumes de dados
- d) Identifica pedaços de textos redundantes e os replica no banco em diversas instâncias para facilitar a posterior recuperação.
- e) Analisa apenas registros individuais de dados estruturados.

TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO

Emannuelle Gouveia

21. Das letras abaixo assinale aquela que NÃO corresponde a um componente presente em uma arquitetura de BIG DATA.

24. As árvores de decisão são usadas em tarefas de classificação. Sobre elas é correto afirmar que:

- a) As árvores de decisão não podem gerar regras compreensíveis.
- b) Uma única árvore de decisão normalmente faz grandes previsões e não podem ser combinadas.
- c) As árvores de decisão geralmente não fornecem uma indicação clara de quais campos são mais importantes para predição ou classificação.
- d) várias árvores são frequentemente combinadas em forma de florestas chamadas (Random Forests).
- e) As árvores de decisão nunca estão sujeitas a erros.

25. Sobre Map Reduce:

- a) No processo de mapeamento (Map), os dados são separados em trios.
- b) No processo de redução, os dados são agregados em conjuntos de dados maiores.
- c) MapReduce funciona através de 2 operações: mapeamento e redução.
- d) a chave (key) armazena o valor do registro.
- e) o valor (value) é a chave que identifica o conteúdo.

DIREITO CONSTITUCIONAL

João Trindade

Para responder às questões n.º 26 a 30, considere a seguinte situação hipotética.

Maria, Governadora do Estado Beta, solicitou ao Procurador-Geral do Estado, Johannes, que analisasse possibilidades para que fosse confirmada a constitucionalidade da lei estadual XX, a qual dispõe sobre a alíquota do Imposto de Bens e Serviços em relação a operações que tenham como destino ou consumidor final, respectivamente, Município ou pessoa física ou jurídica sediada no Estado Beta. Maria esclareceu que a citada lei estava tendo a constitucionalidade questionada em várias instâncias da justiça

Estadual, mas que precisava que a legislação tivesse a sua constitucionalidade confirmada pelo STF, com eficácia *erga omnes* e vinculante, pois temia que, sem a arrecadação do IBS, viesse a ter as contas rejeitadas por decisão do TCE-Beta, em decisão definitiva.

Tendo por base essa situação hipotética, bem como a Constituição Federal, a doutrina e a jurisprudência predominante do STF, analise as questões a seguir.

26. A ação de controle concentrado de constitucionalidade cabível para obter a pretensão de Maria é:

- a) Arguição de descumprimento de preceito fundamental
- b) ação declaratória de constitucionalidade
- c) reclamação constitucional
- d) ação direta de inconstitucionalidade por omissão
- e) ação de obrigação de fazer

27. A respeito do Imposto de Bens e Serviços, assinale a alternativa INCORRETA:

- a) é adequada a sua cobrança em relação ao fato gerador considerando-se o destino da mercadoria ou o domicílio do consumidor do serviço
- b) o Estado Beta age de forma ilícita ao instituir a alíquota do IBS, pois ainda não há lei complementar da União regulamentando a incidência desse tributo
- c) a legislação do IBS será uniforme em todo o território nacional, cabendo aos Estados e aos Municípios apenas definir a alíquota
- d) o IBS não tem fato gerador nem base de cálculo idênticos a qualquer outro tributo no ordenamento brasileiro
- e) o IBS é o imposto de competência compartilhada entre Estados e Municípios

28. Em relação ao julgamento das contas da Governadora Maria, julgue os itens a seguir:

I – Não cabe ao Tribunal de Contas do Estado Beta julgar as contas da governadora, a menos que a Assembleia Legislativa se omita de fazê-lo no prazo constitucional.

II – Em caso de rejeição das contas da Governadora, deve ser instaurado processo de crime comum perante o STJ, após a autorização da assembleia legislativa.

III – A Assembleia Legislativa pode rejeitar o parecer do Tribunal de Contas do Estado Beta, pelo quórum de maioria simples.

Está(ão) correto(s) o(s) item(ns):

- a) I, II e III
- b) I e II
- c) II e III
- d) III
- e) I e III

29. Quanto ao papel de Johannes, como Procurador-Geral do Estado, pode-se afirmar que sua figura é análoga, na esfera estadual, a qual autoridade da esfera federal?

- a) Procurador-Geral da República
- b) advogado-Geral da União
- c) Presidente do TCU
- d) Procurador-Geral de Justiça
- e) Presidente do Conselho Nacional do Ministério Público

30. Se o Estado Beta precisar ajuizar uma ação contra o vizinho Estado Zeta, em relação à demarcação dos limites territoriais de ambos, tal ação deverá ser processada e julgada por qual órgão do Poder Judiciário?

- a) Superior Tribunal de Justiça
- b) Conselho Nacional de Justiça
- c) Supremo Tribunal Federal
- d) Justiça Estadual de Beta
- e) Justiça Federal de primeira instância

DIREITO ADMINISTRATIVO

Herbert Almeida

31. Um servidor público foi denunciado por ato de improbidade administrativa, sendo inicialmente acusado de ato de improbidade que atenta contra os princípios, com base no dolo genérico. Os fatos ocorreram em 2020 e a ação de improbidade foi proposta no mesmo ano, sendo que ainda não houve o trânsito em julgado. No entanto, após a promulgação da Lei nº 14.230/2021, que promoveu alterações na Lei de Improbidade Administrativa – LIA (Lei nº 8.429/1992), a defesa requisiu a aplicação da nova legislação ao caso, argumentando que o dolo específico é agora exigido para a configuração do ato ímprobo, não sendo mais possível a configuração de ato de improbidade com dolo genérico. O juiz, ao analisar o pedido, decidiu aplicar a nova legislação ao caso. Sobre a aplicação das alterações da LIA aos processos em curso, com base na jurisprudência dos Tribunais Superiores, é correto afirmar que:

- a) a nova lei pode ser aplicada aos processos em curso apenas para revogar a modalidade culposa, uma vez que o entendimento do Supremo Tribunal Federal sobre a retroatividade da Lei nº 14.230/2021, quanto às ações que ainda não transitaram em julgado, deve ser aplicado de forma restritiva. Assim, o dolo genérico ainda pode ser considerado para configuração do ato ímprobo, já que a revogação dessa modalidade ainda não foi explicitamente autorizada pelos Tribunais Superiores.
- b) a Lei nº 14.230/2021 pode ser aplicada aos processos em curso, desde que ainda não haja condenação transitada em julgado, beneficiando não só os réus acusados de condutas culposas, como também aqueles denunciados com base em dolo genérico.
- c) a Lei nº 14.230/2021 não pode ser aplicada aos processos em curso, pois sua aplicação retroativa para a exigência de dolo específico só se refere a novos processos e não aos já existentes.

- d) a nova lei pode ser aplicada apenas aos processos em curso que envolvam a modalidade culposa, mantendo a possibilidade de considerar o dolo genérico nos casos que se referem ao art. 11 da Lei de Improbidade Administrativa, dado que a revogação do dolo genérico não foi explicitamente abordada pelos Tribunais Superiores.
 - e) a aplicação da Lei nº 14.230/2021 aos processos em curso é restrita à extinção da modalidade culposa, não podendo beneficiar o réu acusado com base em dolo genérico, desde que a ação tenha sido proposta antes da publicação da nova legislação.
-

32. O Tribunal de Contas do Estado Alfa (TCE), responsável por fiscalizar os recursos públicos do estado e dos seus respectivos municípios, realizou fiscalização em dois municípios e constatou as seguintes irregularidades:

Situação 1: o TCE identificou que o servidor municipal João causou dano ao erário, imputando-lhe débito (ressarcimento) e multa proporcional ao dano causado.

Situação 2: o TCE identificou que a servidora municipal Maria violou as normas da Lei de Responsabilidade Fiscal por não publicar o relatório de gestão fiscal no prazo legal, resultando na aplicação de multa simples.

Segundo entendimento do Supremo Tribunal Federal, se João e Maria não efetuarem o pagamento das respectivas multas no prazo fixado, é correto afirmar que

- a) na Situação 1, a cobrança do débito e da multa proporcional ao dano deverá ser proposta pelo Município, com recolhimento ao erário municipal. Na Situação 2, a cobrança da multa simples deverá ser proposta pelo Município, com recolhimento ao erário municipal.
- b) na Situação 1, a cobrança do débito e da multa proporcional ao dano deverá ser proposta pelo Município, com recolhimento ao erário municipal. Na Situação 2, a cobrança da multa simples deverá ser proposta pelo Estado, com recolhimento ao erário estadual.
- c) na Situação 1, a cobrança do débito deverá ser proposta pelo Município e a multa proporcional ao dano pelo Estado, com recolhimento ao erário municipal e estadual, respectivamente. Na Situação 2, a cobrança da multa simples deverá ser proposta pelo Estado, com recolhimento ao erário estadual.
- d) na Situação 1, a cobrança do débito e da multa proporcional ao dano deverá ser proposta pelo TCE, com recolhimento ao erário estadual. Na Situação 2, a cobrança da multa simples deverá ser proposta pelo TCE, com recolhimento ao erário municipal.

e) na Situação 1, a cobrança do débito e da multa proporcional ao dano deverá ser proposta pelo Ministério Público, com recolhimento ao erário municipal. Na Situação 2, a cobrança da multa simples deverá ser proposta pelo Município, com recolhimento ao erário estadual.

33. Durante um concurso público para o cargo de auditor fiscal, um candidato apresentou uma resposta que estava de acordo com o entendimento estabelecido em precedentes obrigatórios do Superior Tribunal de Justiça – STJ. No entanto, a banca examinadora não atribuiu pontuação a essa resposta, alegando que o conteúdo não estava diretamente previsto no edital. O candidato recorreu ao Judiciário alegando que a negativa de pontuação constitui uma ilegalidade, uma vez que sua resposta estava conforme a interpretação vinculante dos precedentes do STJ. A banca, contudo, alegou que se tratava de mérito, não cabendo ao Judiciário se imiscuir nos critérios de correção. Considerando essa situação hipotética, com base no entendimento jurisprudencial aplicável, é correto afirmar que:

- a) a negativa de banca examinadora de concurso público em atribuir pontuação à resposta formulada de acordo com precedente obrigatório do STJ constitui flagrante ilegalidade, permitindo que o Poder Judiciário intervenha no processo determinando a atribuição da pontuação correspondente.
 - b) não compete ao Poder Judiciário substituir a banca examinadora para reexaminar o conteúdo das questões e os critérios de correção utilizados, e o descumprimento de precedentes obrigatórios do STJ não viola a legislação, impedindo o controle judicial.
 - c) o Judiciário deve respeitar a autonomia da banca avaliadora, desde que o edital do concurso seja respeitado, não cabendo o controle de legalidade.
 - d) a única hipótese em que o Poder Judiciário poderá exercer o controle dos critérios de correção em concurso versa sobre a compatibilidade do conteúdo da questão com o conteúdo programático do edital.
 - e) cabe ao Judiciário o controle de mérito dos critérios de correção em concurso público, desde que a decisão seja fundamentada nos critérios de razoabilidade e proporcionalidade.
-

34. Em um processo licitatório para a aquisição de bens e serviços, a comissão de licitação de determinado órgão federal, aplicando o regulamento do tema, decidiu adotar a margem de preferência para bens manufaturados e serviços nacionais. Além disso, a comissão considerou a possibilidade de aplicar a margem de preferência a bens reciclados e recicláveis, conforme a regulamentação, e também avaliou a viabilidade de estender a margem de preferência a bens manufaturados e serviços originários de Estados Partes do Mercosul, em razão de acordo internacional sobre o assunto. Sobre as possibilidades de aplicação da margem de preferência, com base na previsão da Lei nº 14.133/2021, é correto afirmar que

- a) a margem de preferência para bens manufaturados e serviços nacionais pode ser de até 10%, enquanto para bens reciclados e recicláveis não há limite específico, dependendo do regulamento; a margem de preferência para bens e serviços originários do Mercosul é limitada a 10%, independentemente de acordos internacionais.
- b) a margem de preferência para bens reciclados e recicláveis é limitada a 20%, e a margem para bens manufaturados e serviços nacionais é sempre de 10%, independentemente de serem produtos resultantes de desenvolvimento tecnológico; a margem de preferência para bens e serviços do Mercosul é estabelecida por regulamentação específica, sem necessidade de acordo internacional.
- c) a margem de preferência de até 10% pode ser aplicada a bens reciclados e recicláveis, enquanto para bens manufaturados e serviços nacionais a margem é limitada a 10%, a menos que se trate de desenvolvimento e inovação tecnológica no país, quando pode chegar a 20%; a margem para bens e serviços do Mercosul não pode exceder 20%, independentemente de acordos internacionais.
- d) a margem de preferência de até 20% pode ser aplicada a bens reciclados e recicláveis, enquanto para bens manufaturados e serviços nacionais a

margem é limitada a 10%; a margem de preferência para bens e serviços do Mercosul é automática e não necessita de acordos internacionais.

- e) a margem de preferência para bens manufaturados e serviços nacionais pode chegar a até 20%, conforme regulamentação federal, enquanto a margem para bens reciclados, recicláveis e biodegradáveis pode ser de até 10%; a margem de preferência para bens e serviços originários do Mercosul depende da existência de acordo internacional ratificado pelo Congresso Nacional e pelo Presidente da República.

35. Rodrigo é tabelião de notas em uma cidade do interior. Em uma ocasião, ele foi responsável por lavrar uma escritura pública de venda de imóvel, onde cometeu um erro ao registrar a descrição do imóvel, colocando a área errada. Devido a essa imprecisão, Ana, a compradora, enfrentou dificuldades para obter o financiamento bancário necessário para a aquisição do imóvel, o que lhe causou perda financeira e transtornos significativos. Ana só conseguiu resolver a situação e obter o financiamento após 18 meses, quando o erro foi corrigido por meio de uma nova escritura pública. Ana decidiu ajuizar uma ação de indenização contra o Estado, alegando que o erro do tabelião lhe causou danos financeiros. Diante desse cenário, sobre a responsabilidade do Estado e a ação de indenização proposta por Ana, assinale a alternativa correta:

- a) o Estado responde objetivamente pelos atos dos tabeliões que, no exercício de suas funções, causem dano a terceiros, cabendo o dever de regresso contra o responsável, nos casos de dolo ou culpa, sob pena de improbidade administrativa.
- b) o Estado responde de forma subjetiva e subsidiária diante do dano causado pelos atos dos tabeliões.
- c) a responsabilidade do Estado é solidária com a do tabelião.
- d) a responsabilidade civil é exclusiva do tabelião, não cabendo ação contra o Estado.
- e) Ana pode ajuizar a ação de indenização diretamente contra o tabelião, que poderá propor ação de regresso contra o Estado.

DIREITO PENAL

Renan Araújo

36. Acerca da lei penal no tempo e no espaço, assinale a alternativa correta:

- a) A lei penal mais grave se aplica ao crime permanente, desde que sua vigência seja anterior ao início da permanência delitiva.

b) consideram-se extensão do território nacional as embarcações brasileiras, públicas ou a serviço do governo brasileiro, independentemente de onde estejam.

c) A abolitio criminis faz cessar a execução da pena, mas não afeta os efeitos secundários da condenação.

d) Ficam sujeitos à lei brasileira, embora cometidos no estrangeiro, os crimes contra o patrimônio de município brasileiro, desde que o agente ingresse no território nacional.

e) Considera-se praticado o delito no lugar em que praticada a ação ou omissão, no todo ou em parte, ainda que outro seja o lugar do resultado.

37. Acerca do erro de tipo e do erro de proibição, assinale a alternativa correta:

a) O erro de tipo sempre afasta o dolo

b) O erro de proibição vencível é causa de exclusão da culpabilidade

c) O erro de proibição inevitável afasta a imputabilidade penal

d) No erro de tipo o agente poderá ser punido na forma culposa, bastando apenas que se trate de erro evitável

e) Erro de tipo e erro de proibição são circunstâncias que sempre isentam de pena o agente

38. Adriano, sócio-administrador da empresa “GARFO E FACA RESTAURANTE LTDA”, omitiu, dolosamente, determinado empregado da folha de pagamento da empresa, acarretando com isso a redução de contribuição social previdenciária devida à previdência social.

Nesse caso, a conduta de Adriano configura:

a) sonegação de contribuição previdenciária

b) apropriação indébita previdenciária

c) descaminho

d) estelionato previdenciário

e) fato atípico

39. Geovani, auditor-fiscal do estado ALFA, ocupante de cargo em comissão, exigiu da empresa “PANELA VELHA UTENSÍLIOS PARA O LAR LTDA” o pagamento de determinado tributo. Geovani, porém, sabia que o tributo não era devido na espécie, mas mesmo assim o exigiu.

A conduta de Geovani, nesse caso, configura:

- a) crime de corrupção passiva privilegiada, com aumento de pena de um terço em razão do cargo ocupado.
- b) crime de excesso de exação, sem majoração.
- c) crime de concussão, com aumento de pena de um terço em razão do cargo ocupado.
- d) crime de concussão, sem majoração.
- e) crime de excesso de exação, com aumento de pena de um terço em razão do cargo ocupado.

40. Cléber, primário e de bons antecedentes, foi abordado por agentes policiais em determinada barreira de fiscalização em região de fronteira com o Paraguai. Na oportunidade, os agentes policiais encontraram 600 maços de cigarro que haviam sido trazidos por Cléber do Paraguai, sem que tivesse autorização legal para a importação dos produtos.

Nesse caso, nos termos do Código Penal e da Jurisprudência do STJ, a conduta de Cléber configura:

- a) Descaminho, sendo possível a aplicação do princípio da insignificância.
- b) Descaminho, sendo vedada a aplicação do princípio da insignificância.
- c) Contrabando, sendo possível a aplicação do princípio da insignificância.
- d) Contrabando, sendo vedada a aplicação do princípio da insignificância.
- e) Mero ilícito administrativo, sem repercussão na esfera criminal.

DIREITO CIVIL

Mário Godoy

41. Johann, natural da Alemanha, mantém domicílio há alguns anos no Brasil. Deseja casar-se no Brasil com Maria, natural da Espanha, domiciliada em Portugal. Logo após o casamento, o casal pretende fixar domicílio no Uruguai.

Com relação à situação descrita, assinale a alternativa correta.

- a) A capacidade civil de Johann deve ser regulada pela lei alemã.
- b) Os impedimentos dirimentes para o casamento de Johann com Maria devem ser regulados pela lei uruguaia.
- c) O regime de bens do casamento de Johann com Maria deve ser regulado pela lei brasileira.
- d) A invalidade do matrimônio de Johann com Maria deve ser regulada pela lei brasileira.
- e) Caso Maria venha a falecer antes do casamento, sua sucessão hereditária deve ser regulada pela lei portuguesa.

42. Em fevereiro de 2023, Pedro, 16 anos, ingressou no curso de Direito de uma universidade particular. Em março de 2023, abriu estabelecimento comercial, que, devido ao fraco movimento, mal pagava as mensalidades devidas à universidade. Em abril de 2023, foi aprovado em concurso público, estando ainda aguardando sua nomeação. Em maio de 2023, mediante autorização dos seus pais, casou-se com Juliana. Em junho de 2023, divorciou-se de Juliana.

Com relação à situação descrita, quando cessou a incapacidade de João?

- a) Em fevereiro de 2023.
- b) Em março de 2023.
- c) Em abril de 2023.
- d) Em maio de 2023.
- e) João permanece incapaz.

43. Armando ameaçou matar o filho de Eduardo, caso este não viesse a assinar um contrato de compra e venda imobiliária com Pedro. Temeroso diante da ameaça sofrida, Eduardo veio a firmar o contrato com Pedro.

Com relação à situação descrita, assinale a alternativa correta.

- a) Se Pedro sabia, ou devia saber, da ameaça sofrida por Eduardo, o contrato entre Eduardo e Pedro é nulo.
- b) Se Pedro não sabia, nem devia saber, da ameaça sofrida por Eduardo, o contrato entre Eduardo e Pedro é válido.
- c) Se Pedro não sabia, nem devia saber, da ameaça sofrida por Eduardo, o contrato entre Eduardo e Pedro é anulável.
- d) O prazo prescricional para intentar ação anulatória diante da ocorrência de grave ameaça é de 4 anos, contados do dia em que se realizou o negócio jurídico.
- e) O prazo prescricional para intentar ação anulatória diante da ocorrência de grave ameaça é de 4 anos, contados do dia em que cessar.

44. Ana devia a Helena a importância de R\$ 20 mil. No dia do vencimento, alegando falta de dinheiro, ofereceu a Helena, no lugar da importância devida, um automóvel avaliado em R\$ 45 mil.

Com relação à situação descrita, assinale a alternativa correta.

- a) Como o automóvel oferecido é de valor superior ao dobro da dívida, Helena é obrigada a aceitá-lo.
- b) A dívida de Ana será extinta pela modalidade novação objetiva.
- c) Para que o acordo entre Helena e Ana seja válido, as partes devem formalizar o ajuste por instrumento público ou particular.
- d) Como o preço do automóvel foi determinado, as relações entre as partes regular-se-ão pelas normas do contrato de comodato.

e) Se Helena for evicta da coisa recebida em pagamento, Ana volta a dever a ela a importância de R\$ 20 mil.

45. Lucas, ao perceber que Rafaela estava sofrendo um assalto a mão armada praticado por Marcos, imediatamente sacou do seu revólver e efetuou um disparo contra ele. O disparo atingiu o braço de Marcos, que, após sofrer uma queda, veio a quebrar seu aparelho celular.

Com relação à situação descrita, assinale a alternativa correta.

- a) Lucas praticou um ato lícito, e, portanto, não deve indenizar Marcos pela quebra do seu aparelho celular.
- b) Lucas praticou um ato lícito, porém deve indenizar Marcos pela quebra do seu aparelho celular.
- c) Lucas praticou um ato ilícito, porém não deve indenizar Marcos pela quebra do seu aparelho celular.
- d) Lucas praticou um ato ilícito, e, portanto, deve indenizar Marcos pela quebra do seu aparelho celular.
- e) Se Marcos resolver propor ação de reparação civil contra Lucas, o prazo prescricional será de 5 anos.

ECONOMIA*Celso Natale*

46. Os dados abaixo, em unidades monetárias, são referentes às Contas Nacionais de determinado país:

Produto Interno Bruto a preços de mercado: 15.000

Importação de Bens e Serviços: 500

Consumo das famílias: 7.000

Gastos do governo: 3.000

Formação Bruta de Capital Fixo: 2.100

Variação de Estoques: 1.000

Dessa forma, o valor da exportação de bens e serviços possui valor igual a

- a) 2.500.
- b) 3.000.
- c) 4.500.
- d) 12.500.
- e) 15.000.

47. A Necessidade de Financiamento do Setor Público (NFSP) corresponde à alteração no montante do endividamento do setor público. No Brasil, o Banco Central divulga os dados referentes a essa métrica. Com base nos seus conhecimentos de Déficit e Dívida Pública, assinale a alternativa correta.

- a) Para determinar a NFSP no conceito primário, utiliza-se o regime de caixa.
- b) No cálculo da NFSP são considerados o Governo Central e Governos Regionais, bem como as Empresas Estatais Federais Financeiras e Não-Financeiras.
- c) A apuração pelo critério acima da linha, no Brasil, é realizada pelo Banco Central.
- d) No conceito nominal, não são incluídas as despesas de juros dos governos regionais e das empresas estatais.
- e) A dívida do setor público é uma grandeza que expressa o fluxo de entradas e saídas de recursos.

48. A ocorrência de um choque industrial negativo, devido à crise em determinados países, fará com que a curva de Phillips no curto prazo:

- a) sofra um deslocamento para a direita e ocorra uma elevação na taxa de inflação.
- b) sofra um deslocamento para a esquerda e ocorra uma redução na taxa de inflação.
- c) não sofra deslocamento, mantendo a taxa de inflação inalterada.
- d) sofra um deslocamento para a direita e ocorra uma redução na taxa de inflação.
- e) sofra um deslocamento para a esquerda e ocorra uma elevação na taxa de inflação.

49. De acordo com a teoria Keynesiana do comportamento macroeconômico, a política fiscal expansiva é uma ferramenta fundamental para impulsionar uma economia em recessão.

Uma política fiscal expansiva pode incluir, por exemplo, o aumento do(a)

- a) gasto do governo
- b) imposto de renda
- c) superávit orçamentário governamental
- d) arrecadação fiscal do governo
- e) tarifa dos serviços públicos prestados pelo governo

50. Considere que um tributo específico sobre a venda de um bem, cuja demanda é totalmente inelástica, foi instituído em um mercado competitivo. Dessa forma, é possível concluir que o ônus do tributo será:

- a) repassado na maior parte aos produtores.
- b) totalmente suportado pelos produtores.
- c) dividido em partes iguais entre produtores e consumidores.
- d) repassado na maior parte aos consumidores.
- e) totalmente suportado pelos consumidores.

FINANÇAS PÚBLICAS

Amanda Aires

51. Qual é o principal objetivo da política fiscal?

- a) Controlar a inflação.
- b) Promover o crescimento econômico.
- c) Ajustar a oferta de moeda na economia.
- d) Alocar recursos públicos de forma eficiente.
- e) Garantir a estabilidade da taxa de câmbio.

52. O que é déficit primário?

- a) Quando as despesas do governo excedem as receitas, incluindo os juros da dívida.
- b) Quando as receitas do governo excedem as despesas, excluindo os juros da dívida.
- c) Quando as despesas do governo excedem as receitas, excluindo os juros da dívida.
- d) Quando as despesas do governo excedem as receitas, sem excluir os juros da dívida.
- e) Quando as receitas do governo excedem as despesas, incluindo os juros da dívida.

53. O que são despesas discricionárias?

- a) Despesas obrigatórias determinadas pela Constituição.
- b) Despesas que podem ser ajustadas ou cortadas pelo governo a cada orçamento.
- c) Despesas com pagamento de juros da dívida pública.
- d) Despesas com benefícios previdenciários.
- e) Despesas com pagamento de salários de servidores públicos.

54. Qual é a principal fonte de receita do governo federal brasileiro?

- a) Imposto sobre a Propriedade de Veículos Automotores (IPVA).
- b) Imposto sobre Produtos Industrializados (IPI).
- c) Imposto de Renda (IR).

d) Contribuição de Melhoria.

e) Taxa de Licenciamento Ambiental.

55. Qual é a função do Tribunal de Contas da União (TCU)?

- a) Estabelecer a política monetária.
- b) Administrar a dívida pública.
- c) Fiscalizar a execução orçamentária e financeira do governo federal.
- d) Elaborar o orçamento anual.
- e) Realizar a política fiscal do governo.

DIREITO EMPRESARIAL

Cadu Carillo

56. Considera-se empresário quem exerce profissionalmente atividade econômica organizada para a produção ou a circulação de bens ou de serviços. Sobre o conceito de empresário e suas características, marque a opção correta:

- a) Também é considerado empresário quem exerce profissão intelectual, de natureza científica, literária ou artística, ainda com o concurso de auxiliares ou colaboradores,
- b) É obrigatória a inscrição do empresário no Registro Público de Empresas Mercantis da respectiva sede, antes do início de sua atividade.
- c) É obrigatória a inscrição do empresário rural no Registro Público de Empresas Mercantis da respectiva sede, antes do início de sua atividade.
- d) Podem exercer a atividade de sócio de sociedade empresária os que estiverem em pleno gozo da capacidade civil e não forem legalmente impedidos.
- e) A pessoa legalmente impedida de exercer atividade própria de empresário, não responderá pelas obrigações contraídas.

57. Sobre as previsões legais a respeito da saída de um sócio de uma sociedade, marque a opção que coaduna com a lei:

- a) No caso de morte de sócio, não será liquidada sua quota, salvo se o contrato dispuser diferentemente.
- b) No caso de morte de sócio, liquidar-se-á sua quota, não podendo os herdeiros substituírem o sócio falecido.
- c) Além dos casos previstos na lei ou no contrato, qualquer sócio pode retirar-se da sociedade; se de prazo indeterminado, mediante notificação aos demais sócios, com antecedência mínima de sessenta dias; se de prazo determinado, provando judicialmente justa causa.
- d) Pode o sócio ser excluído judicialmente, mediante iniciativa da maioria dos demais sócios, apenas por falta grave no cumprimento de suas obrigações.
- e) Nos casos em que a sociedade se resolver em relação a um sócio, o valor da sua quota, considerada pelo montante efetivamente realizado, liquidar-se-á, salvo disposição contratual em contrário, com base na situação patrimonial da sociedade, do último balanço patrimonial efetuado.

58. Uma sociedade é um tipo de pessoa jurídica de direito privado, tem a sua constituição e passa a ser sujeito de direitos e obrigações com a inscrição de seus atos constitutivos no registro próprio. O fim da sociedade inicia com a chamada dissolução, sobre esse tema, marque a opção incorreta:

- a) Dissolve-se a sociedade quando ocorrer o vencimento do prazo de duração, salvo se, vencido este e sem oposição de sócio, não entrar a sociedade em liquidação, caso em que se prorrogará por tempo indeterminado.
- b) Dissolve-se a sociedade quando ocorrer o consenso unânime dos sócios.
- c) Dissolve-se a sociedade quando ocorrer a deliberação dos sócios, por maioria absoluta, na sociedade de prazo indeterminado.
- d) Dissolve-se a sociedade quando ocorrer a falta de pluralidade de sócios, não reconstituída no prazo de cento e oitenta dias.
- e) Dissolve-se a sociedade judicialmente, a requerimento de qualquer dos sócios, quando anulada a sua constituição ou quando exaurido o fim social, ou verificada a sua inexecutabilidade.

59. Uma das regras contidas na legislação trata do conceito de estabelecimento empresarial e nos seus desdobramentos legais. Sobre esse tema, marque a única opção que está de acordo com a regra legal:

- a) A cessão dos créditos referentes ao estabelecimento transferido produzirá efeito em relação aos respectivos devedores, desde o momento da averbação da transferência, mas o devedor ficará exonerado se de boa-fé pagar ao cedente.
- b) Salvo disposição em contrário, a transferência importa a sub-rogação do adquirente nos contratos estipulados para exploração do estabelecimento, se tiverem caráter pessoal, podendo os terceiros rescindir o contrato em noventa dias a contar da publicação da transferência, se ocorrer justa causa, ressalvada, neste caso, a responsabilidade do alienante.
- c) Não havendo autorização expressa, o alienante do estabelecimento não pode fazer concorrência ao adquirente, nos cinco anos subseqüentes à transferência, inclusive nos contratos de arrendamento ou usufruto do estabelecimento.
- d) O adquirente do estabelecimento responde pelo pagamento dos débitos anteriores à transferência, desde que regularmente contabilizados, continuando o devedor primitivo solidariamente obrigado pelo prazo de dois anos, a partir, quanto aos créditos vencidos, da publicação, e, quanto aos outros, da data do vencimento.
- e) Considera-se estabelecimento todo complexo de bens organizado, para exercício da empresa, por empresário, ou por sociedade empresária, não se confunde com o local onde se exerce a atividade empresarial, que poderá ser físico ou virtual, inclusive pode o estabelecimento ser objeto unitário de direitos e de negócios jurídicos, translativos ou constitutivos, que sejam compatíveis com a sua natureza.

60. Várias são as classificações apontadas pela doutrina quanto às sociedades. Podem ser

classificadas como simples ou empresárias; podem decorrer também da responsabilidade dos sócios, sendo limitadas, ilimitadas ou mistas; classificam-se as sociedades de acordo com a composição do capital social em de pessoas ou de capital. Por fim, existe a previsão de uma importante classificação quanto a personalidade dessas sociedades. Aponte a única alternativa que em que estão previstas apenas sociedades não personificadas:

- a) sociedades simples, sociedade limitada e sociedade em comum.
- b) sociedade em conta de participação e sociedade em comandita simples.
- c) sociedade em nome coletivo e sociedade em comandita por ações.
- d) sociedade de propósito específico, sociedade subsidiária integral e sociedade em conta de participação.
- e) sociedade em conta de participação e sociedade em comum.

AUDITORIA

Guilherme Santanna

61. O ceticismo profissional exige estar alerta a uma série de elementos que podem afetar o trabalho de auditoria e a opinião emitida pelo auditor. As NBC TA orientam que a manutenção do ceticismo

- a) é justificável apenas em trabalhos de auditoria não recorrentes.
- b) é necessária para reduzir o risco de ignorar circunstâncias não usuais.
- c) está fora do escopo da avaliação crítica das evidências.
- d) pode receber atenção secundária ao lidar com evidências consideradas íntegras.
- e) tem maior relevância em contextos de asseguuração limitada.

62. Durante um trabalho de auditoria das demonstrações contábeis de uma entidade, um auditor identificou um risco de distorção relevante no nível de afirmações e determinou que tal risco é significativo.

Nesse caso, o auditor deve

- a) aumentar a periodicidade e a intensidade dos testes de controle.
- b) avaliar se o risco identificado é inerente ou de controle.
- c) emitir uma opinião modificada.
- d) executar procedimentos substantivos que respondam especificamente a esse risco.
- e) redefinir o nível de asseguarção para limitada.

63. Todo trabalho de auditoria deve considerar o planejamento entre suas etapas, mas há situações em que o auditor não pode aplicar os procedimentos de auditoria definidos a um item selecionado. Segundo a NBC TA 530, assinale a opção que indica um exemplo desse tipo de situação.

- a) A documentação relacionada com o item tiver sido perdida.
- b) Um cheque cancelado é selecionado durante teste de evidência de autorização de pagamento.
- c) O auditor já tiver indicado uma opinião de natureza adversa.
- d) Alteração no nível de asseguarção, de razoável para limitada.
- e) Alteração no escopo do trabalho, motivada pela entidade auditada.

64. Suponha que um auditor tenha concluído que o uso da base contábil de continuidade operacional nas demonstrações financeiras é apropriado, mas também que existia incerteza relevante sobre a capacidade de continuidade operacional da entidade, tendo essa incerteza relevante sido adequadamente divulgada nas demonstrações financeiras. Nesse caso, o relatório do auditor independente deve:

- a) expressar uma opinião adversa;
- b) expressar uma abstenção de opinião;
- c) expressar uma opinião modificada por uma ressalva;
- d) conter um parágrafo de ênfase e expressar uma opinião modificada;
- e) expressar uma opinião não modificada e conter comentário em seção separada chamando a atenção para a incerteza.

65. Na realização de procedimentos analíticos substantivos na auditoria de afirmações relativas às transações de vendas e saldos de contas a receber de uma entidade, uma atividade típica é o(a):

- a) seleção de uma amostra de vendas realizadas no período sob auditoria para cotejo com documentação suporte;
- b) confirmação de saldos junto a clientes;
- c) análise da variação na relação entre o saldo de contas a receber e as receitas do período;
- d) teste do corte de receitas pela numeração de documentação suporte antes e depois da data das demonstrações financeiras;
- e) verificação dos recebimentos ocorridos no período subsequente e relativos a receitas reconhecidas no período sob asseguarção.

CONTABILIDADE GERAL, AVANÇADA E DE CUSTOS*Júlio Cardozo*

66. A empresa Estratégia Academy S/A apresentava os seguintes saldos em seu balanço patrimonial 31/12/X0:

- Disponibilidades: R\$ 100.000;
- Despesas antecipadas: R\$ 40.000;
- Receitas recebidas antecipadamente: R\$ 80.000;
- Empréstimo concedido: R\$ 100.000;
- Ativo contingente: 36.000;
- Estoque: R\$ 60.000;
- Imóveis: R\$ 240.000.

Com base nesses saldos, assinale a opção que indica o patrimônio líquido da entidade na data.

- a) R\$ 260.000
- b) R\$ 380.000
- c) R\$ 460.000
- d) R\$ 496.000
- e) R\$ 540.000

67. O consultório médico Estratégia Health S/A atende apenas clientes particulares e recebe à vista pelas consultas realizadas. Os seguintes fatos aconteceram no consultório no ano de 2024:

01/01: Pagamento de R\$48.000 a título de aluguel antecipado de dois anos do consultório, para uso imediato, apropriado mensalmente de forma linear.

02/01: Pagamento de R\$15.000 referente à dívida com fornecedor, por compra realizada e recebida no ano anterior.

31/12: Constatação de que a receita com atendimentos no ano foi de R\$500.000. Os custos com os serviços prestados foram de R\$120.000.

Assinale a opção que indica o resultado antes do imposto de renda apurado pelo consultório, em

relação ao ano de 2024, sem considerar a incidência de impostos:

- a) R\$317.000.
- b) R\$332.000.
- c) R\$341.000.
- d) R\$356.000.
- e) R\$380.000.

68. A empresa Toca da Coruja S/A vendeu, em março de X0, R\$ 180.000 em estoque, para recebimento em 120 dias. A empresa descontou as duplicatas no banco, que cobrou juros de R\$ 15.000 pela antecipação. Assinale a opção que indica os lançamentos contábeis a serem feitos pela empresa, no momento de desconto das duplicatas.

- a) D - disponibilidades: R\$ 180.000;
C - duplicatas a receber: R\$ 180.000.
- b) D - disponibilidades: R\$ 165.000;
D - despesa financeira: R\$ 15.000;
C - duplicatas a receber: R\$ 180.000.
- c) D - disponibilidades: R\$ R\$ 165.000;
D - despesa financeira: R\$ 15.000;
C - duplicatas descontadas: R\$ 180.000.
- d) D - disponibilidades: R\$ 165.000;
D - juros a apropriar: R\$ 15.000;
C - duplicata a receber: R\$ 180.000.
- e) D - disponibilidades: R\$ 165.000;
D - juros a apropriar: R\$ 15.000;
C - duplicatas descontadas: R\$ 180.000.

69. A empresa Itamaraju S/A atua no setor de perícia contábil e exerce suas atividades em um prédio próprio. A empresa decidiu alugar as vagas da garagem do prédio a seus funcionários. Assinale a opção que indica a classificação contábil das vagas no balanço patrimonial da empresa.

- a) Ativo Circulante.
- b) Ativo Realizável a Longo Prazo.
- c) Propriedade para Investimento.
- d) Ativo Imobilizado.
- e) Ativo Intangível.

70. Conforme previsão do Pronunciamento Técnico CPC 00 (R2) Estrutura Conceitual para Relatório Financeiro, os investidores, credores por empréstimos e outros credores, existentes e potenciais, são considerados os principais usuários aos quais se destinam relatórios financeiros para fins gerais.

Isso acontece porque muitos deles

- a) recebem a maior parte do resultado gerado pela entidade que reporta.
- b) representam os principais financiadores das entidades que reportam.
- c) assumem os maiores riscos operacionais ao se relacionarem com a entidade que reporta.
- d) contratam e remuneram a empresa de auditoria independente responsável pelos relatórios.
- e) não podem exigir que as entidades que reportam forneçam informações diretamente a eles.

71. Em 02/01/2024, uma loja de aparelhos eletrônicos adquiriu mercadorias para revenda por R\$ 100.000. O valor foi pago à vista. Na data, a loja pagou R\$ 2.000 pelo frete e R\$ 6.000 pelo seguro do transporte dos celulares. No mês de janeiro, metade do estoque foi vendido por R\$ 200.000, para recebimento em fevereiro. A loja estima inadimplência de 4%. O lucro bruto contabilizado pela loja em 31/01/2024, sem considerar a incidência de impostos, foi de

- a) R\$ 138.000.
- b) R\$ 142.000.
- c) R\$ 146.000.
- d) R\$ 149.000.
- e) R\$ 150.000.

72. Em 01/12/2021, uma instituição financeira adquiriu de uma escola, o direito sobre a folha de pagamento dos professores. Deste modo, desembolsou R\$600.000 para que todos os salários da escola fossem pagos através dele durante cinco anos, a partir de 01/02/2022. Em 31/12/2022, o banco estimou que o direito adquirido poderia trazer benefícios de R\$510.000. Já em 31/12/2023, o banco estimou que o direito adquirido poderia trazer benefícios de R\$380.000. Assinale a opção que indica a amortização acumulada da folha de pagamento em 31/12/2023.

- a) R\$178.000.
- b) R\$212.000.
- c) R\$230.000.
- d) R\$240.000.
- e) R\$250.000.

73. A sociedade empresária Estratégia Concursos S/A apresentava o seguinte Balanço Patrimonial em 31/12/2023:

Ativo Circulante		Patrimônio Líquido	
Disponibilidades	50.000	Capital Social	150.000
Ativo não Circulante			
Propriedade para Investimento			
Terreno	70.000		
Intangível			
Marca	30.000		
Total do Ativo	150.000	Total do PL	150.000

No ano de 2024, a sociedade empresária passou a avaliar e contabilizar o terreno e a marca pelo valor justo que eram, respectivamente, de R\$80.000 e de R\$50.000.

De acordo com o Pronunciamento Técnico CPC 23- Políticas Contábeis, Mudança de Estimativa e Retificação de Erro, as mudanças representam, respectivamente,

- Erro e Erro.
- Mudança de Estimativa e Erro.
- Mudança na Política Contábil e Erro.
- Erro e Mudança na Política Contábil.
- Mudança na Política Contábil e Mudança na Política Contábil.

74. A sociedade empresária JCSC S/A produz e vende shampoos. Em janeiro de 2024, ela reconheceu os seguintes gastos:

Matéria prima consumida: R\$40.000.

Salários: R\$130.000, sendo R\$50.000 no pessoal da fábrica e R\$80.000 do pessoal administrativo.

Depreciação: R\$60.000, sendo R\$35.000 das máquinas e R\$25.000 dos móveis e equipamentos do escritório.

Custos e Despesas Gerais: R\$60.000, sendo R\$32.000 da fábrica e R\$28.000 do escritório.

Despesas de venda dos shampoos: R\$30.000, sendo R\$20.000 de comissão dos vendedores e R\$10.000 de gastos com a entrega.

Assinale a opção que indica os custos contabilizados, em janeiro de 2024.

- R\$85.000.

- R\$125.000.
- R\$135.000.
- R\$157.000.
- R\$187.000.

75. Uma indústria de médio porte, que adota o método do inventário periódico para avaliar os seus estoques, apresentou as seguintes anotações, em reais, referentes a um determinado período produtivo de um de seus produtos:

Compra de matéria-prima 800,00

Mão de obra direta 220,00

Custos indiretos de fabricação 200,00

Estoques

Estoque de:	Inicial	Final
Matéria-prima	40,00	60,00
Produtos em Elaboração	70,00	30,00
Produtos acabados	50,00	10,00

Considerando-se aspectos técnico-conceituais da Contabilidade de Custos e os dados informados apenas pela indústria, o custo da produção acabada do produto, nesse período produtivo, em reais, é de

- 1.200,00
- 1.220,00
- 1.240,00
- 1.260,00
- 1.280,00

CONTABILIDADE PÚBLICA*Gilmar Possati*

76. Na classificação da despesa com aquisição de material devem ser adotados alguns parâmetros que distinguem o material permanente do material de consumo. As opções a seguir indicam critérios que caracterizam um material de consumo, à exceção de uma. Assinale-a:

- a) Durabilidade
- b) Incorporabilidade
- c) Transformabilidade
- d) Percibilidade
- e) Conversibilidade

77. Com base nas informações obtidas em janeiro de 20X1, o resultado orçamentário apurado pelo Município Audazes dos Pampas teve um aumento de

- a) 9.600.000,00
- b) 9.630.000,00
- c) 9.790.000,00
- d) 10.000.000,00
- e) 10.190.000,00

78. Considere o recebimento antecipado de valores provenientes da venda a termo de serviços. Nesse caso:

- a) o reconhecimento do direito e da Variação Patrimonial Aumentativa (VPA) deve ser feito no momento do fato gerador e não no momento da arrecadação, que ocorrerá futuramente.
- b) a receita orçamentária é registrada após a ocorrência do fato gerador, ou seja, a VPA ocorre em momento anterior à arrecadação da receita orçamentária.
- c) a receita orçamentária é contabilizada junto com a ocorrência do fato gerador.

d) a receita orçamentária é registrada antes da ocorrência do fato gerador, ou seja, a VPA ocorre em momento posterior à arrecadação da receita orçamentária.

e) há troca de um direito (entrada antecipada dos valores) por uma obrigação de prestar o serviço, constituindo uma variação patrimonial quantitativa.

79. Ao avaliar se há alguma indicação de que o ativo gerador de caixa possa ser objeto de redução ao valor recuperável, a entidade deve considerar algumas indicações. As opções a seguir descrevem fontes internas de informações, à exceção de uma. Assinale-a:

- a) Evidência disponível de obsolescência ou dano físico do ativo.
- b) Mudanças significativas com efeito adverso sobre a entidade, que ocorreram durante o período ou ocorrerão em futuro próximo, no ambiente tecnológico ou legal no qual a entidade opera.
- c) Evidência disponível proveniente de relatório interno que indique que o desempenho do serviço do ativo é, ou será, consideravelmente pior do que o esperado.
- d) Decisão de interromper a construção do ativo antes da sua conclusão ou de estar em condição de uso.
- e) Mudanças significativas de longo prazo com efeito adverso sobre a entidade, que ocorreram durante o período ou ocorrerão em futuro próximo, na extensão ou maneira em que o ativo é, ou se espera que seja, utilizado.

80. Acerca das disposições inerentes à Demonstração dos Fluxos de Caixa, conforme a NBC TSP 12 e o Manual de Contabilidade Aplicada ao Setor Público (MCASP), assinale a opção correta:

- a) o investimento normalmente se qualifica como equivalente de caixa somente quando tiver vencimento de curto prazo de, por exemplo, três meses ou menos a partir da data de aquisição.
- b) Em regra, os investimentos em ações de outras entidades são incluídos nos equivalentes de caixa.
- c) Os equivalentes de caixa são mantidos com a finalidade de atender a compromissos de caixa de curto prazo e para investimento ou outros fins
- d) Para que o investimento seja qualificado como equivalente de caixa, ele não necessariamente deve ser prontamente conversível em quantia conhecida de caixa.
- e) Equivalentes de caixa são aplicações financeiras de curto prazo, de alta liquidez, que são prontamente conversíveis em valor conhecido de caixa e que estão sujeitas a significativo risco de mudança de valor.

Está correto o que se afirma apenas em:

- a) II.
- b) I, II e III.
- c) I e II.
- d) II e III.
- e) III.

82. Conforme dispõe o Código Tributário Nacional, assinale a alternativa incorreta a respeito da contribuição de melhoria:

- a) pode ser cobrada pela União, pelos Estados, pelo Distrito Federal ou pelos Municípios, no âmbito de suas respectivas atribuições.
- b) é instituída para fazer face ao custo de obras públicas de que decorra valorização imobiliária.
- c) o seu valor arrecadado será utilizado para financiar a obra pública realizada.
- d) possui como limite total a despesa realizada.
- e) possui como limite individual o acréscimo de valor que da obra resultar para cada imóvel beneficiado.

DIREITO TRIBUTÁRIO

Fernando Maurício

81. Em relação aos Conceitos e Classificação dos Tributos, julgue os itens a seguir:

- I-) É legítima a criação, por parte dos Estados e do DF, de taxa de combate a incêndios, tendo em vista tal atividade ser desempenhada pelo Corpo de Bombeiros Militar, no âmbito da Segurança Pública, que é exercida pelos Estados e DF.
- II-) É constitucional a adoção, no cálculo do valor de taxa, de um ou mais elementos da base de cálculo própria de determinado imposto, desde que não haja integral identidade entre uma base e outra.
- III-) É legítima a utilização de meios indiretos de coerção ao pagamento de anuidades dos conselhos profissionais.

83. A União alugou um imóvel de sua propriedade a uma pessoa jurídica de direito privado XYZ, para que esta exerça atividade econômica com fins lucrativos, no local do imóvel. Com os valores recebidos do aluguel, a União aplica em suas atividades institucionais.

Em relação à cobrança de Imposto sobre Propriedade Predial e Territorial Urbana (IPTU) do imóvel, assinale a afirmativa correta.

- a) É vedada a cobrança de tributos do imóvel alugado, tendo em vista a imunidade concedida aos Entes Federados.
- b) É vedada a cobrança do IPTU do imóvel, tendo em vista que a União é isenta do pagamento do IPTU de imóveis de sua propriedade.
- c) O IPTU é devido e a União, contribuinte do imposto, deve realizar o pagamento.
- d) O IPTU não é devido, uma vez que a União não é sujeito passivo de nenhum tributo.
- e) O IPTU é devido, e o particular, na figura de responsável tributário, deve efetuar o pagamento.

84. Em relação aos impostos de Competência dos Estados, julgue os itens a seguir:

- I-) Cabe à Lei Complementar estabelecer as alíquotas máximas do ITCMD - Imposto sobre a Transmissão Causa Mortis e Doação.
- II-) Resolução do Senado Federal poderá estabelecer as alíquotas internas mínimas do ICMS.
- III-) Salvo deliberação em contrário dos Estados e do Distrito Federal, as alíquotas internas, nas operações relativas à circulação de mercadorias e nas prestações de serviços, não poderão ser inferiores às previstas para as operações interestaduais.

Está correto o que se afirma apenas em:

- a) II.
- b) I e III.
- c) I e II.
- d) II e III.

e) III.

85. Em relação à Responsabilidade Tributária, à Luz do CTN, julgue os itens a seguir:

- I-) A Capacidade Tributária Passiva pode existir, independente de a pessoa jurídica estar regularmente constituída, bastando que configure uma unidade econômica ou profissional.
- II-) Havendo previsão em lei, as convenções particulares, relativas à responsabilidade pelo pagamento de tributos, podem ser opostas à Fazenda Pública, para modificar a definição legal do sujeito passivo das obrigações tributárias correspondentes.
- III-) No caso de Responsabilidade Solidária, salvo disposição de lei em contrário, o pagamento efetuado por um dos obrigados aproveita aos demais.

Está correto o que se afirma em:

- a) I, II e III.
- b) I, apenas.
- c) I e II, apenas.
- d) II e III, apenas.
- e) III, apenas.

86. Conforme atual entendimento dos Tribunais Superiores, julgue os itens a seguir:

I-) A instituição de taxa de fiscalização do funcionamento de torres e antenas de transmissão e recepção de dados e voz é de competência privativa dos Municípios.

II-) É constitucional a instituição, por meio de lei estadual, de taxas de controle, monitoramento e fiscalização de atividades de pesquisa, lavra, exploração e aproveitamento de recursos minerais (TFRM).

III-) O consumidor final de serviço de telecomunicações não tem legitimidade ativa para solicitar a restituição tributária de valor indevidamente recolhido referente ao ICMS incidente sobre o fornecimento do serviço.

Está correto o que se afirma em

- a) I, apenas.
- b) II, apenas.
- c) I e II, apenas.
- d) III, apenas.
- e) II e III, apenas.

87. Em relação à moratória, conforme dispõe o Código Tributário Nacional, assinale a alternativa correta:

- a) Do contribuinte devedor, contemplado irregularmente com o benefício da moratória, por motivo de dolo ou simulação, não serão cobrados juros de mora, mas será aplicada penalidade pecuniária.
- b) A moratória somente pode ser concedida, tanto nos casos de caráter individual como em caráter geral, por despacho da autoridade administrativa, e desde que autorizada por lei ou decreto, expedido pela pessoa jurídica de direito público competente para instituir o tributo a que se refira.
- c) A concessão da moratória em caráter individual gera direito adquirido ao sujeito passivo.

d) Salvo disposição de lei em contrário, a moratória somente abrange os créditos definitivamente constituídos à data da lei ou do despacho que a conceder, ou cujo lançamento já tenha sido iniciado àquela data por ato regularmente notificado ao sujeito passivo.

e) A moratória suspende a exigibilidade do crédito tributário e dispensa o cumprimento das obrigações acessórias relacionadas com o tributo, cujo crédito tributário está suspenso.

88. O Parágrafo Único do Artigo 116 do CTN traz a norma conhecida popularmente como “norma geral antielisão”, afirmando que a autoridade administrativa poderá desconsiderar atos ou negócios jurídicos praticados com a finalidade de dissimular a ocorrência do fato gerador do tributo ou a natureza dos elementos constitutivos da obrigação tributária. Sobre este assunto, e conforme o entendimento atual do Supremo Tribunal Federal, assinale a alternativa correta:

- a) Na Elisão Fiscal há ocultação do fato gerador por parte do sujeito passivo, havendo sonegação fiscal.
- b) Na Evasão Fiscal o contribuinte utiliza um meio permitido na legislação com o objetivo de pagar menos tributos.
- c) A denominação “norma antielisão” é de ser tida como inapropriada, cuidando o dispositivo de questão de norma de combate à evasão fiscal.
- d) A referida norma é autoaplicável, não dependendo de regulamentação por lei ordinária.
- e) A norma viola a Constituição ao ferir o Princípio da Legalidade.

89. A Indústria ABCXY Ltda., era devedora de ICMS, cujo Fato Gerador ocorreu no dia 05/05/2023, e cujo respectivo recolhimento deveria ocorrer até o dia 10/06/2023. Ocorre que somente no dia 12/06/2023 a empresa declarou ao Fisco seu débito de ICMS no valor de R\$400.000,00, mas efetuou o pagamento de apenas R\$300.000,00.

Diante do exposto, assinale a alternativa correta:

- a) Há um prazo decadencial para o Fisco lançar a diferença de R\$100.000,00, a contar do primeiro dia do exercício seguinte àquele que o lançamento poderia ter efetuado.
- b) Há um prazo decadencial para o Fisco lançar a diferença de R\$100.000,00, a contar do Fato Gerador da Obrigação.
- c) Há um prazo decadencial para o Fisco cobrar a diferença de R\$100.000,00, a contar da data da declaração ao Fisco.
- d) Há um prazo prescricional para o Fisco cobrar a diferença de R\$100.000,00, a contar da data da declaração ao Fisco.
- e) Não é caso nem de decadência e nem de prescrição, estando o sujeito passivo apenas aguardando a homologação do pagamento.

90. A respeito da Fiscalização, conforme dispõe o CTN, julgue os itens a seguir:

- I-) A legislação tributária aplica-se às pessoas naturais ou jurídicas, contribuintes ou não, inclusive às que gozem de imunidade tributária ou de isenção de caráter pessoal.
- II-) A autoridade administrativa que proceder ou presidir a quaisquer diligências de fiscalização lavrará os termos necessários para que se documente o início do procedimento, na forma da legislação aplicável, que fixará prazo máximo para a conclusão daquelas.
- III-) Mediante intimação escrita ou verbal, são obrigados a prestar à autoridade administrativa todas as informações de que disponham com relação aos bens, negócios ou atividades de

terceiros os tabeliães, escrivães e demais serventuários de ofício.

Está correto o que se afirma apenas em:

- a) II.
- b) I e II.
- c) I e III.
- d) I, II e III.
- e) I.

LEGISLAÇÃO TRIBUTÁRIA

FEDERAL

Fábio Dutra

91. Sobre a incidência da CIDE-Royalties conforme a Lei 10168/2000, assinale a alternativa incorreta:

- a) A CIDE-Royalties incide sobre serviços de assistência administrativa prestados por residentes no exterior.
- b) A alíquota da CIDE-Royalties é de 10% sobre os valores pagos ou remetidos ao exterior.
- c) A CIDE-Royalties incide sobre a licença de uso de marcas, mesmo sem transferência de tecnologia.
- d) Contratos de exploração de patentes estão sujeitos à CIDE-Royalties.
- e) Instituições de ensino no exterior estão isentas da CIDE-Royalties quando contratadas por órgãos públicos para treinamento de servidores.

92. Considerando o disposto no Decreto 6306/2007, assinale a alternativa correta:

- a) O IOF incide apenas sobre operações de crédito realizadas por instituições financeiras.
- b) As operações de seguro estão isentas de IOF.
- c) O IOF incide sobre operações com ouro apenas se este for considerado ativo financeiro.
- d) Operações entre pessoas físicas estão isentas de IOF.
- e) O IOF incide apenas sobre operações de crédito realizadas por pessoas jurídicas com instituições financeiras.

93. Sobre as disposições do Decreto 7212/2010 acerca do valor tributável do Imposto sobre Produtos Industrializados (IPI), julgue as assertivas abaixo, e, ao final, indique a alternativa que contém a sequência correta:

- () Na consignação mercantil, o valor da operação será o preço de venda do consignatário.
- () O IPI sobre produtos usados é calculado sobre a diferença de preço entre a aquisição e a revenda.
- () Os valores recebidos pelo fabricante nas vendas diretas ao consumidor final de veículos podem ser excluídos da base de cálculo do IPI, independentemente do valor.

- a) V, F, V
- b) V, V, F
- c) F, V, F
- d) F, F, F
- e) F, V, V

94. De acordo com a legislação tributária, são isentos ou não se sujeitam ao imposto sobre a renda, exceto:

- a) O valor dos serviços médicos, hospitalares e dentários mantidos, ressarcidos ou pagos pelo empregador em benefício de seus empregados.

b) Contribuições para Plano de Poupança e Investimento (Pait), cujo ônus tenha sido do empregador, em favor do participante.

c) Montante dos depósitos, juros, correção monetária e quotas-partes creditados em contas individuais pelo Programa de Integração Social (PIS) e pelo Programa de Formação do Patrimônio do Servidor Público (PASEP).

d) 30% dos rendimentos de transporte de passageiros.

e) 75% dos rendimentos do trabalho assalariado recebidos, em moeda estrangeira, por servidores de autarquias ou repartições do Governo brasileiro no exterior.

95. Assinale a alternativa incorreta sobre os rendimentos sujeitos ao recolhimento mensal obrigatório (carnê-leão), conforme a Instrução Normativa RFB nº 1500/2014:

a) Rendimentos recebidos de outras pessoas físicas que não tenham sido tributados na fonte estão sujeitos ao recolhimento mensal obrigatório.

b) Rendimentos recebidos de fontes no exterior, como lucros e dividendos, estão sujeitos ao recolhimento mensal obrigatório.

c) Rendimentos recebidos por prestação de serviços a embaixadas e organismos internacionais estão sujeitos ao recolhimento mensal obrigatório.

d) Rendimentos decorrentes de pensão alimentícia em cumprimento de decisão judicial estão sujeitos ao recolhimento mensal obrigatório.

e) Ganhos de capital decorrentes da alienação de bens adquiridos em moeda estrangeira estão sujeitos ao recolhimento mensal obrigatório.

96. Considerando as regras estabelecidas no Regulamento do Imposto de Renda (Decreto 9580/2018), assinale a alternativa correta sobre a obrigatoriedade de apuração do IRPJ pelo lucro real:

- a) As pessoas jurídicas que explorem atividades de securitização de créditos imobiliários não são obrigadas à apuração do lucro real.
- b) As pessoas jurídicas que tiverem lucros oriundos do exterior podem optar pelo regime de tributação com base no lucro presumido.
- c) As pessoas jurídicas cuja receita total no ano-calendário anterior seja superior a R\$ 78.000.000,00 não são obrigadas à apuração do lucro real.
- d) As sociedades de crédito ao microempreendedor estão incluídas entre aquelas obrigadas à apuração do lucro real.
- e) As pessoas jurídicas que emitam ações não são obrigadas à apuração do lucro real.

97. Considerando as disposições do Regulamento do Imposto de Renda (Decreto 9580/2018), assinale a alternativa correta sobre a depreciação acelerada:

- a) A depreciação acelerada pode ser aplicada a bens imóveis e móveis, conforme a legislação.
- b) A depreciação acelerada é permitida apenas para bens que operem em dois turnos de oito horas diárias.
- c) Em relação aos bens móveis, a depreciação acelerada pode ser aplicada para até três turnos de oito horas diárias.
- d) A depreciação acelerada não se aplica a bens móveis utilizados em atividades operacionais da empresa, apenas imóveis.
- e) A depreciação acelerada depende exclusivamente do tipo de bem e não do número de horas de operação.

98. A empresa Beta Ltda. é produtora de álcool etílico combustível e realizou a comercialização desse produto no mercado interno. Considerando as regras da CIDE-Combustíveis conforme a Lei 10.336/2001, assinale a alternativa correta:

- a) A empresa Beta Ltda. não é contribuinte da CIDE-Combustíveis.
- b) A CIDE-Combustíveis não incide sobre a comercialização de álcool etílico combustível, apenas sobre combustíveis derivados de petróleo.
- c) A empresa Beta Ltda. deve recolher a CIDE-Combustíveis sobre a comercialização de álcool etílico combustível.
- d) A CIDE-Combustíveis incide apenas sobre a importação de álcool etílico combustível.
- e) A empresa Beta Ltda. está isenta do recolhimento da CIDE-Combustíveis por ser produtora nacional.

99. A propriedade rural Sítio Paraíso, localizada fora da zona urbana do município, foi declarada de interesse social para fins de reforma agrária, mas ainda não houve a transferência de propriedade nem a imissão prévia na posse. Considerando as regras do ITR conforme a Lei 9393/1996, assinale a alternativa correta:

- a) O ITR não incide sobre o imóvel enquanto ele estiver declarado de interesse social para fins de reforma agrária.
- b) O ITR incide sobre o imóvel apenas após a transferência de propriedade.
- c) O ITR incide sobre o imóvel enquanto não houver transferência de propriedade, exceto se houver imissão prévia na posse.
- d) O ITR incide sobre o imóvel a partir da data de sua declaração de interesse social para fins de reforma agrária.
- e) O ITR não incide sobre imóveis declarados de interesse social para fins de reforma agrária em nenhuma circunstância.

100. Sobre as disposições do Decreto 7212/2010, julgue as assertivas a seguir, assinalando (V) para verdadeiras e (F) para falsas, e ao final marque a alternativa que corresponda à sequência correta.

- () A montagem, que resulta em um novo produto ou unidade autônoma, é considerada uma forma de industrialização.
- () A moagem de café torrado realizada por estabelecimento comercial varejista é considerada industrialização, mesmo sendo atividade acessória.
- () O acondicionamento de produtos em embalagens de apresentação é considerado industrialização.
- a) V, V, F
b) V, F, V
c) F, V, V
d) F, F, F
e) V, F, F

LEGISLAÇÃO TRIBUTÁRIA

ESTADUAL (CONHECIMENTOS GERAIS)

Eduardo da Rocha

91. De acordo com a lei Kandir (LC 87/1996) julgue os itens e assinale a opção correta.

- I. Para efeito de exigência do imposto por substituição tributária, inclui-se, também, como fato gerador do ICMS, a entrada de mercadoria ou bem no estabelecimento do adquirente ou em outro por ele indicado.
- II. O direito de utilizar o crédito de ICMS extingue-se depois de decorridos 3 anos contados da data de emissão do documento.
- III. Quando o cálculo do tributo tenha por base, ou tome em consideração, o valor ou o preço de mercadorias, bens, serviços ou direitos, a autoridade lançadora, mediante processo regular, arbitrará aquele valor ou preço, sempre que sejam omissos ou não mereçam fé as declarações ou os

esclarecimentos prestados, ou os documentos expedidos pelo sujeito passivo ou pelo terceiro legalmente obrigado, ressalvada, em caso de contestação, avaliação contraditória, administrativa ou judicial.

- a) Estão corretos os itens I e II, somente.
b) Estão corretos os itens I e III, somente.
c) Estão corretos os itens II e III, somente.
d) Todos os itens estão corretos.
e) nenhum item está correto.

92. O varejista X do regime normal de apuração do ICMS adquiriu mercadorias tributadas durante o período fiscal de 07/2024, a saber:

- um caminhão para transporte de mercadorias e um carro para transporte de pessoal;
- copos de plástico, que serão vendidos sem tributação do ICMS, uma vez que serão enviados para a Alemanha;
- canetas para revenda, dentro do país, porém com isenção.

Considerando somente o acima narrado, o contribuinte poderá se creditar do ICMS da entrada em seu estabelecimento

- a) do caminhão, do carro, dos copos e das canetas.
b) do caminhão e dos copos, apenas.
c) do caminhão, do carro e dos copos, apenas.
d) do caminhão, apenas.
e) dos copos, apenas.

93. Para efeito de apuração do ICMS, os débitos e créditos devem ser apurados em cada estabelecimento, compensando-se os saldos credores e devedores entre os estabelecimentos do mesmo sujeito passivo localizados no Estado.

O contribuinte X, de São Paulo, apurou saldo credor acumulado no período fiscal 06/2024. De acordo com a lei Kandir, tal saldo

- a) pode ser transferido por X a qualquer estabelecimento seu.
- b) não pode ser transferido por X a qualquer estabelecimento seu em São Paulo.
- c) pode, por opção de X, ser transferido a terceiros no Rio de Janeiro.
- d) não pode ser transferido primeiro a terceiros em São Paulo em que haja compensação com saldos devedores de estabelecimentos de X em São Paulo.
- e) não pode ser transferido, por expressa norma constitucional proibitiva.

94. De acordo com a Emenda Constitucional 132 (Reforma Tributária), julgue os itens a seguir e assinale a alternativa correta:

- I. Compete ao Supremo Tribunal Federal processar e julgar originariamente os conflitos entre entes federativos, ou entre estes e o Comitê Gestor do Imposto sobre Bens e Serviços, relacionados à Contribuição sobre Bens e Serviços (CBS) e ao Imposto sobre Bens e Serviços (IBS).
 - II. O IBS e a CBS devem ter as mesmas regras em relação a imunidades.
 - III. Cada ente federativo fixará sua alíquota própria de IBS por lei específica.
- a) Estão corretos os itens I e II, somente.
 - b) Estão corretos os itens I e III, somente.
 - c) Estão corretos os itens II e III, somente.
 - d) Todos os itens estão corretos.
 - e) nenhum item está correto.

95. De acordo com a Lei Complementar 24/75, as mercadorias remetidas pelo estabelecimento do produtor para estabelecimento de Cooperativa de que faça parte, situada no mesmo Estado, sairão com

- a) isenção.
- b) suspensão.
- c) imunidade.
- d) revogação.
- e) tributação normal.

96. De acordo com a LC 24/75, julgue os itens a seguir e assinale a alternativa correta:

- I. O disposto na referida lei não se aplica às indústrias instaladas ou que vierem a instalar-se na Zona Franca de Manaus, sendo vedado às demais Unidades da Federação determinar a exclusão de incentivo fiscal, prêmio ou estímulo concedido pelo Estado do Amazonas.
 - II. As reuniões se realizarão com a presença de todas as Unidades da Federação.
 - III. Os convênios ratificados obrigam todas as Unidades da Federação inclusive as que, regularmente convocadas, não se tenham feito representar na reunião.
- a) Estão corretos os itens I e II, somente.
 - b) Estão corretos os itens I e III, somente.
 - c) Estão corretos os itens II e III, somente.
 - d) Todos os itens estão corretos.
 - e) nenhum item está correto.

97. Sobre o Comitê Gestor do Imposto sobre Bens e Serviços, previsto na Constituição federal, julgue os itens e assinale a alternativa correta.

- I. A Câmara dos Deputados e o Senado Federal, ou qualquer de suas Comissões, poderão convocar Ministro de Estado, quaisquer titulares de órgãos diretamente subordinados à Presidência da República ou o Presidente do Comitê Gestor do Imposto sobre Bens e Serviços para prestarem, pessoalmente, informações sobre assunto previamente determinado, importando crime de responsabilidade a ausência sem justificativa adequada.
- II. Não cabe ao Comitê Gestor do Imposto sobre Bens e Serviços se envolver no contencioso administrativo.
- III. O Comitê Gestor do Imposto sobre Bens e Serviços, entidade pública sob regime especial, terá independência técnica, administrativa, orçamentária e financeira.
- a) Estão corretos os itens I e II, somente.
b) Estão corretos os itens I e III, somente.
c) Estão corretos os itens II e III, somente.
d) Todos os itens estão corretos.
e) nenhum item está correto.

98. Em 2026 o IBS será cobrado sob alíquota de

- a) 0,1%.
b) 10%.
c) 0,9%.
d) 9%.
e) 1,9%.

ESTADUAL (CONHECIMENTOS GERAIS)

Rafael Rocha

91. O Município Delta, em dezembro de 2024, promoveu alteração de sua lei municipal, fixando novas alíquotas de IPTU, progressivas em razão do valor venal dos imóveis situados em seu território.

Nesse contexto, de acordo com o que estabelece o texto constitucional sobre a matéria, é correto afirmar que:

- a) A progressividade das alíquotas do IPTU pode ser estabelecida em razão do valor venal dos imóveis, como forma de promover a função social da propriedade.
- b) A Constituição Federal veda a progressividade das alíquotas do IPTU, sendo permitida apenas a atualização anual dos valores venais dos imóveis.
- c) A progressividade das alíquotas do IPTU deve obedecer, necessariamente, a limites fixados no próprio texto constitucional.
- d) A progressividade das alíquotas do IPTU é permitida apenas para imóveis residenciais, sendo vedada para imóveis comerciais e industriais.
- e) A fixação de alíquotas progressivas do IPTU deve ser previamente aprovada pelo Senado Federal, conforme prevê a Constituição Federal.

92. O Município Delta, em dezembro de 2024, promoveu alteração de sua lei municipal, fixando novas alíquotas de IPTU, progressivas em razão do valor venal dos imóveis situados em seu território, com aplicação já prevista para o exercício de 2025.

Nesse contexto, e considerando que o município previu que o fato gerador ocorre no primeiro dia de cada exercício civil, de acordo com o que estabelece o texto constitucional sobre a obrigatoriedade de observância da anterioridade tributária, é correto afirmar que:

- a) A nova alíquota de IPTU só poderá ser aplicada no exercício de 2026, em razão da observância do princípio da anterioridade nonagesimal.
- b) A nova alíquota de IPTU poderá ser aplicada no exercício de 2025, desde que respeitado o princípio da anterioridade anual.
- c) A nova alíquota de IPTU poderá ser aplicada imediatamente, sem necessidade de observar qualquer princípio de anterioridade.
- d) A nova alíquota de IPTU poderá ser aplicada no exercício de 2025, aplicado o princípio da anterioridade anual e nonagesimal.
- e) A nova alíquota de IPTU só poderá ser aplicada no exercício de 2027, em razão do princípio da anterioridade anual e nonagesimal.

93. O Município Delta, em dezembro de 2024, promoveu alteração de sua lei municipal, fixando alíquotas de IPTU diferenciadas de acordo com a localização e o uso dos imóveis situados em seu território.

Nesse contexto, de acordo com o que estabelece o texto constitucional sobre a possibilidade de que o IPTU tenha alíquotas diferenciadas, é correto afirmar que:

- a) A Constituição Federal permite que os municípios instituem alíquotas diferenciadas de IPTU apenas com base no valor venal dos imóveis, sem considerar a localização ou o uso.
- b) A fixação de alíquotas diferenciadas de IPTU é permitida apenas para imóveis comerciais e industriais, sendo vedada para imóveis residenciais.
- c) A Constituição Federal veda a diferenciação de alíquotas de IPTU com base na localização do imóvel, permitindo apenas a progressividade.
- d) A fixação de alíquotas diferenciadas de IPTU deve ser previamente aprovada pelo Senado Federal, conforme prevê a Constituição Federal.
- e) A Constituição Federal permite que os municípios instituem alíquotas diferenciadas de IPTU com base na localização e no uso do imóvel.

94. A Igreja Luz Divina é uma entidade religiosa que, para expandir suas atividades, passou a alugar um imóvel no centro da cidade de Alfa em 2024, onde realiza seus cultos e reuniões comunitárias. O Município de Alfa, no entanto, notificou a Igreja Luz Divina sobre a cobrança do IPTU referente ao imóvel alugado, argumentando que a imunidade tributária não se aplica a imóveis alugados.

Considerando o disposto na Constituição Federal sobre a imunidade tributária dos templos de qualquer culto, é correto afirmar que:

- a) A imunidade tributária do IPTU aplica-se apenas aos imóveis de propriedade da entidade religiosa, não se estendendo aos imóveis alugados.
- b) A imunidade tributária do IPTU para templos de qualquer culto aplica-se tanto aos imóveis próprios quanto aos imóveis alugados pelas entidades religiosas.
- c) A imunidade tributária do IPTU para templos de qualquer culto somente abrange o local onde realizado o culto.
- d) A imunidade tributária do IPTU não se aplica a imóveis alugados por entidades religiosas, dependendo, obrigatoriamente, de isenção concedida em lei local.
- e) A imunidade tributária do IPTU para templos de qualquer culto pode ser afastada se o imóvel alugado também for destinado a comercialização de produtos vinculados às atividades religiosas.

95. Em janeiro de 2024, a Prefeitura do Município de Gama publicou um decreto majorando a base de cálculo do IPTU com base nos critérios estabelecidos na nova lei municipal.

Uma associação de moradores questionou a legalidade dessa majoração, argumentando que a alteração da base de cálculo deveria ser realizada exclusivamente por meio de lei formal, conforme a Súmula 160 do STJ.

Considerando a disposição constitucional e a jurisprudência sobre a matéria, é correto afirmar que:

- a) A majoração da base de cálculo do IPTU deve ser realizada exclusivamente por lei formal, sendo vedada a utilização de decreto.
- b) A Prefeitura do Município de Gama agiu corretamente ao majorar a base de cálculo do IPTU por meio de decreto, desde que os critérios para tanto estejam estabelecidos na lei municipal.
- c) Não é possível a utilização de decreto para essa finalidade, em nenhuma circunstância.
- d) A majoração da base de cálculo do IPTU por meio de decreto é permitida, desde que observado o índice oficial de inflação adotado pelo ente municipal.
- e) A Prefeitura do Município de Gama deve revogar o decreto e realizar a majoração da base de cálculo do IPTU por meio de nova lei formal, para estar em conformidade com a jurisprudência do STJ.

96. A empresa Alpha Construtora Ltda., em janeiro de 2024, incorporou a empresa Beta Empreendimentos Imobiliários S/A, adquirindo um conjunto de imóveis urbanos que estavam no patrimônio de Beta.

A Prefeitura do Município de Zeta notificou Alpha Construtora para o pagamento do ITBI, argumentando que a atividade preponderante da empresa é a compra e venda de imóveis.

A Alpha Construtora, por sua vez, contestou a cobrança, afirmando que, conforme a Constituição Federal e o Código Tributário Nacional (CTN), não há incidência do ITBI sobre a incorporação, independentemente da atividade preponderante da adquirente.

Considerando o disposto na Constituição Federal e no CTN sobre a não incidência do ITBI, é correto afirmar que:

- a) O ITBI incide sobre a transmissão de bens imóveis em qualquer hipótese de incorporação, fusão ou cisão de pessoa jurídica.
- b) Não incide o ITBI quando a atividade preponderante da pessoa jurídica adquirente for a compra e venda de imóveis, locação de bens imóveis ou arrendamento mercantil.
- c) O ITBI não incide sobre a transmissão de bens imóveis em realização de capital, independentemente da atividade preponderante da pessoa jurídica adquirente.
- d) A não incidência do ITBI aplica-se apenas quando a atividade preponderante da pessoa jurídica incorporada não for a compra e venda de imóveis, locação de bens imóveis ou arrendamento mercantil, devendo ser observado o critério de preponderância da receita operacional relativo às atividades imobiliárias estabelecido no CTN.
- e) A imunidade do ITBI se aplica em qualquer situação de incorporação de empresas, independentemente da atividade econômica exercida pela empresa adquirente.

97. A empresa Alpha Construtora Ltda., constituída em janeiro de 2021, recebeu, em integralização em realização de capital, um conjunto de imóveis que eram de patrimônio de um de seus sócios.

Em janeiro de 2024, após a verificação dos três primeiros anos de atividade, constatou-se que a atividade preponderante da empresa foi a locação de imóveis, caracterizando a preponderância conforme o Código Tributário Nacional (CTN). Em razão disso, a Prefeitura do Município de Zeta notificou Alpha Construtora para o pagamento do ITBI.

Considerando o disposto no CTN sobre a incidência do ITBI após a verificação da atividade preponderante, é correto afirmar que:

- a) O ITBI deve ser calculado com base na lei vigente à data da verificação da preponderância, sobre o valor do bem ou direito nessa data.
- b) O ITBI deve ser calculado com base na lei vigente à data do lançamento, sobre o valor do bem ou direito na data do lançamento.
- c) O ITBI deve ser calculado com base na lei vigente à data em que houve a apuração pela autoridade tributária, sobre o valor do bem ou direito nessa data.
- d) O ITBI deve ser calculado com base na lei vigente à data da aquisição, sobre o valor do bem ou direito na data da aquisição.
- e) O ITBI deve ser calculado com base na lei vigente à data de constituição da empresa, sobre o valor do bem ou direito nessa data.

98. Imagine que a empresa Gamma Importações Ltda. realizou a importação de um software de gestão (bem imaterial) e foi notificada pelo Município de Alfa para o pagamento do IBS-Municipal. A empresa contestou a cobrança, alegando que o imposto não deveria incidir sobre a importação de bens imateriais.

Considerando o disposto no texto constitucional sobre o IBS, é correto afirmar que:

- a) O IBS incide apenas sobre operações com bens materiais e serviços, não abrangendo bens imateriais.
- b) O IBS não incide sobre operações de importação, seja de bens materiais, imateriais ou serviços.
- c) O IBS incide sobre operações com bens materiais, imateriais, inclusive direitos, e serviços, mas não se aplica à importação realizada por pessoa física.
- d) O IBS incide sobre operações com bens materiais, imateriais, inclusive direitos, e serviços, bem como sobre a importação desses bens e serviços, independentemente de ser pessoa física ou jurídica.
- e) O IBS incide sobre operações com bens materiais e serviços, e a alíquota é uniforme em todo o território nacional, não variando entre os entes federativos.

99. Com base na Lei Complementar 116/03, julgue as assertivas abaixo como certas ou erradas:

I: A empresa Beta Consulting Ltda. prestou serviços de consultoria para uma empresa localizada na Alemanha. A Prefeitura do Município de Delta notificou Beta Consulting para o pagamento do ISS sobre essa prestação de serviços. A empresa contestou a cobrança, alegando que o imposto não incide sobre exportações de serviços para o exterior do país, sempre que o resultado da prestação ocorrer no exterior.

II: João Silva trabalha como diretor financeiro da empresa Gamma S/A e recebeu uma notificação da Prefeitura do Município Epsilon para o pagamento do ISS sobre os serviços prestados em sua função de diretor. João contestou a cobrança, argumentando que a prestação de serviços em relação de emprego, inclusive de diretores, não está sujeita ao ISS.

III: O valor intermediado no mercado de títulos e valores mobiliários não está sujeito ao ISS.

Assinale a alternativa que apresente apenas as assertivas corretas:

- a) I, apenas.
- b) II, apenas.
- c) I e II.
- d) II e III.
- e) I, II e III.

100. A empresa Festas e Eventos Ltda., cujo estabelecimento está situado no Município de Belo Horizonte, foi contratada para instalar palcos e coberturas em um grande evento no Município de Ouro Preto.

Após a prestação do serviço, a Prefeitura de Ouro Preto notificou a empresa para o pagamento do ISS referente à instalação dos palcos.

A Festas e Eventos, no entanto, argumentou que o ISS deveria ser recolhido ao Município de Belo Horizonte, onde está localizado seu estabelecimento prestador.

Considerando o disposto na Lei Complementar 116/03, é correto afirmar que:

- a) O ISS deve ser recolhido ao Município de Belo Horizonte, onde está localizado o estabelecimento da Festas e Eventos Ltda.
- b) O ISS deve ser recolhido ao Município de Ouro Preto, onde foi realizada a instalação dos palcos.
- c) O ISS deve ser recolhido ao Município de Belo Horizonte, apenas se o serviço tiver sido contratado diretamente com uma empresa de Ouro Preto.
- d) O ISS deve ser recolhido ao Município de Belo Horizonte, a menos que a empresa tenha uma filial em Ouro Preto.
- e) O ISS deve ser recolhido ao Município de Belo Horizonte, exceto se o valor do serviço ultrapassar um determinado limite estabelecido por lei.

LEGISLAÇÃO TRIBUTÁRIA

MUNICIPAL (CONHECIMENTOS GERAIS)

Bruno Langoni

99. A abertura da sucessão, momento que marca a ocorrência de um dos fatos geradores do Imposto de Transmissão Causa Mortis e Doação de Quaisquer Bens ou Direitos (ITCMD), ocorre na data:

- a) da distribuição da petição inicial do inventário.
- b) em que morreu o autor da herança.
- c) da nomeação do inventariante.
- d) da lavratura do testamento.
- e) em que há a aceitação da herança.

100. Será objeto de recolhimento do Imposto sobre Transmissão Causa Mortis e Doação – ITCMD:

- a) a dação em pagamento.
- b) o oferecimento de bens imóveis em garantia.
- c) a compra de um bem móvel.
- d) a transmissão de bens ao cônjuge, em virtude da comunicação decorrente do regime de bens do casamento.
- e) a doação de bens em adiantamento de legítima.

Discursiva

Com o objetivo de aumentar a arrecadação municipal com o Imposto Predial e Territorial Urbano (IPTU), a Prefeitura de Belo Horizonte enviou à Câmara de Vereadores um projeto de lei reduzindo o desconto de 6% ao contribuinte que pagar antecipadamente duas ou mais parcelas ou o valor integral cobrado. Nesse sentido, considerando a situação hipotética apresentada acima e o disposto na Constituição Federal de 1988, Código Tributário Nacional e na jurisprudência dos tribunais superiores, elabore um texto dissertativo discorrendo acerca do princípio da anterioridade tributária e a aplicação na redução de desconto para pagamento do IPTU.

Folha de Resposta

01	
02	
03	
04	
05	
06	
07	
08	
09	
10	
11	
12	
13	
14	
15	
16	
17	
18	
19	
20	
21	
22	
23	
24	
25	
26	
27	
28	
29	
30	

O QUE VOCÊ ACHOU DESTE SIMULADO?

*Conte-nos como foi sua experiência ao fazer este simulado.
Sua opinião é muito importante para nós!*

<https://forms.gle/3RC8pkHLNAnpSnxQ9>

NÃO É ASSINANTE?

Confira nossos planos, tenha acesso a milhares de cursos e participe gratuitamente dos projetos exclusivos. Clique no link!

<http://estrategi.ac/assinaturas>

CONHEÇA NOSSO SISTEMA DE QUESTÕES

Estratégia Questões nasceu maior do que todos os concorrentes, com mais questões cadastradas e mais soluções por professores. Clique no link e conheça!

<http://estrategi.ac/ok1zt0>
